

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BRUNA ANDRADE DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NO COMBATE E
PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO EM FUNÇÃO DA LEI 12.683/2012**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2012

BRUNA ANDRADE DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NO COMBATE E
PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO EM FUNÇÃO LUZ DA LEI 12.683/2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro Sócio-econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto
Fernando Rodrigues Vicente.

FLORIANÓPOLIS (SC)

2012

BRUNA ANDRADE DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NO COMBATE E
PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO EM FUNÇÃO DA LEI 12.683/2012**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, dezembro de 2012.

Roque Brinckmann, Dr.

Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Compuseram a banca examinadora:

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr.

Orientador

Evelyse Nicole Chaves de Amorim, Msc.

Co-orientadora

Sérgio Murilo Petri, Dr.

Membro

Florianópolis, 2012

RESUMO

SILVA, Bruna Andrade. **Implementação de Práticas de Governança no Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro em Função da Lei 12.683/2012**. 2012. f.70. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar como as práticas de governança podem contribuir para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, após a alteração da Lei 9.613/98 pela Lei 12.683/2012. A pesquisa atenta para a periculosidade da lavagem de dinheiro e a questão do montante de capital ilícito transitante no mercado. Com o intuito de coibir a prática de lavagem, que torna dinheiro oriundo de transações criminosas em lícito, foram criados regulamentos mecanismos de prevenção e combate. No Brasil em 3 de março de 1998 foi publicada a Lei 9.613/1998 impondo obrigações aos setores alvo de lavagem, visando a implementação de controles que coibissem a utilização desses segmentos no processo de branqueamento de capitais, e criou-se o COAF- Conselho de Controle das Atividades Financeiras, órgão responsável por receber as comunicações suspeitas sobre o crime de lavagem de dinheiro dos setores obrigados. Passados 14 anos, objetivando sanar diversas lacunas da legislação anti-lavagem, em julho de 2012 publicou-se a Lei 12.683/12. A nova lei veio a acrescentar e aprimorar a lei anterior, com a preocupação de reprimir fortemente a lavagem de dinheiro no Brasil. As diferenças entre essas Leis são evidenciadas ao longo do trabalho de maneira comparativa e descritiva. Verificou-se em trabalhos anteriores a utilização de práticas de governança na prevenção e combate à lavagem de dinheiro nos setores alvo determinados pela lei 9.613/98. O estudo caracterizou-se como descritivo e exploratório, para sua realização foi utilizado pesquisa bibliográfica a trabalhos acadêmicos, artigos de periódicos e congressos, livros, notícias e sítios do COAF, SUSEP, BACEN, CVM e SPC, buscando explorar as normativas e estatísticas divulgadas. Os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa. O comparativo realizado entre o número de comunicações encaminhadas ao COAF e a emissão dos normativos dos órgãos reguladores, que tratam de controles internos e práticas de governança, responsáveis pelos setores alvo da Lei 9.613/1998 comprovou o impacto da regulamentação no aumento das comunicações de operações suspeitas. Conclui-se que os órgãos reguladores são de fundamental importância, tendo em vista o seu papel fiscalizador e regulamentador no processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro. Mostrou-se basilar que os novos setores obrigados passem a ter a supervisão de órgãos responsáveis para que, assim como nos setores alvo com órgãos reguladores, emitam normativos específicos com práticas de governança, exigindo a implementação de fortes controles internos, auditoria, *compliance*, transparência, entre outros. Por fim, verificou-se que a implementação de práticas de governança podem contribuir no combate e prevenção à lavagem de dinheiro junto aos setores alvo por aumentar seus controles, verificar a conformidade das operações do setor com os normativos vigentes, assim como conferir maior atenção à operações e situações suspeitas, evitando a utilização desses segmentos em processos de lavagem de dinheiro.

Palavras Chave: Governança. Auditoria. Controles Internos. *Compliance*. Lavagem de Dinheiro.

À minha família, amigos e
orientadores pelo apoio e paciência.

“Se hoje fosse o último dia de minha vida, queria fazer o que vou fazer hoje? E se a resposta fosse Não muitos dias seguidos, sabia que precisava mudar algo.”

Steve Jobs

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar força e disposição ao longo dessa jornada.

Ao professor Ernesto Fernando Rodrigues Vicente pelo privilégio de ter sua orientação neste trabalho, expresso aqui o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional.

À Evelyse Nicole Chaves de Amorim, professora e amiga, pela disponibilidade de me orientar e por todo o empenho dispensado na co-orientação deste trabalho, seu conhecimento e suas sugestões foram fundamentais para o êxito desta pesquisa.

Aos meus mestres professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, pela dedicação em ensinar não somente teorias, mas também repassar suas vivências.

Aos meus pais, Nesir Maria de Andrade e Nereu da Silva por me proporcionarem condições para que eu pudesse lutar por meus sonhos e atingir meus objetivos.

Aos meus amigos Daniela Garcez, Gisele Alves, Juliana Medeiro Alves, Ereni Cristina Rosa, Erika Neves Figueira, Tadeu Pedro Vieira e Bruno Manoel Cabral pelo companheirismo, carinho autenticidade, cada um auxiliou na sua forma para que esse trabalho fosse concretizado.

Em fim, agradeço aos meus avós Marixa e Amantino *in memoriam* por mesmo distante estarem sempre presentes em minha vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases da Lavagem de Dinheiro	22
Figura 2 - Ciclo da Lavagem de Dinheiro	25
Figura 3 - Classificação e Adequação às Normas de Governança	36
Figura 4 - Controles Internos e Mitigação de Riscos	40
Figura 5 – Ciclo de Transações Suspeitas da Lavagem de Dinheiro.....	50
Figura 6 - Tentativa de Lavagem de Dinheiro em Instituição Financeira com Governança	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de Comunicações ao COAF por Região no período de 2004 a 2012...	51
Gráfico 2 - Número de Comunicações realizadas ao COAF por Região por Habitante no período de 2004 a 2012	51
Gráfico 3 - Percentual de Comunicações ao COAF pelo Regulador	53
Gráfico 4 - Evolução das Comunicações recebidas pelo COAF no período de 2003 a 2012 ..	53
Gráfico 5 - Evolução das comunicações do BACEN	55
Gráfico 6 - Evolução das comunicações da CVM.....	56
Gráfico 7 - Evolução das Comunicações da SPC.....	57
Gráfico 8 - Evolução das comunicações da SUSEP	58
Gráfico 9 - Comunicações recebidas por ano pelo COAF	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pessoas Sujeitas incluídas pela Lei 12.683/2012	28
Quadro 2 - Comparativo do Artigo 7º, inciso I da Lei 9.613/98 após a Lei 12.683/2012.....	31
Quadro 3 - Comparativo dos Segmentos de Listagem	35
Quadro 4 - Relação entre Governança e Lavagem de Dinheiro	38
Quadro 5 - Tipos de Auditoria	41
Quadro 6 - Normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores	45
Quadro 7 - Exemplo de encaminhamento de comunicação via BACEN para o COAF em caso de arquivamento	48
Quadro 8 - Exemplo de encaminhamento de comunicação via BACEN para o COAF encaminhado à Polícia.	49
Quadro 9 - Quantidade de Comunicações recebidas pelo COAF pelos Reguladores	52
Quadro 10 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações do BACEN	54
Quadro 11 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da CVM.....	55
Quadro 12 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da SPC.....	56
Quadro 13 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da SUSEP.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBI	Associação Brasileira de Bancos Internacionais
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Art	Artigo
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos Nacionais
Nº	Número
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNODOC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA E PROBLEMA	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	METODOLOGIA	16
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
1.6	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	LAVAGEM DE DINHEIRO	19
2.1.1	Breve Histórico	19
2.1.2	Conceituação.....	20
2.1.3	A Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado	21
2.1.4	As Fases da Lavagem de Dinheiro	22
2.1.5	A legislação anti-lavagem de dinheiro no Brasil (Lei 9.613/98 e Lei 12.683/2012)....	25
2.2	GOVERNANÇA	33
2.2.1	Governança nos Setores Alvo	37
2.3	CONTROLES INTERNOS, AUDITORIA E <i>COMPLIANCE</i>	39
2.3.1	Controles Internos.....	39
2.3.2	Auditoria	40
2.3.3	<i>Compliance</i>	42
2.3.4	Normativos que visam a implementação de governança nos setores alvo	44
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	47
3.1	CONSELHO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF.....	47
3.1.1	Funcionamento das comunicações ao COAF	47
3.2	DADOS APRESENTADOS PELO COAF	50
3.2.1	Dados Apresentados pelo COAF por Unidade da Federação	50

3.2.2	Dados apresentados pelo COAF por Órgãos Regulados	52
3.3	ANÁLISE DOS DADOS E COMPARATIVOS	54
3.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	62
4.1	CONCLUSÕES	62
4.2	RECOMENDAÇÕES	64
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A lavagem de dinheiro de acordo com dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes – UNODC (2004) movimenta 5% do PIB mundial. Todo esse dinheiro que é transitado foi obtido de forma ilícita, e acaba financiando a criminalidade. A quantia chega a dois trilhões de dólares por ano, segundo Laitart (2012, p.4) deste montante um trilhão advém da corrupção, quatrocentos bilhões de tráfico de drogas, trezentos bilhões do tráfico de armas e o restante de tráfico de seres humanos, contrabando, cargas e bancos.

Segundo Ferreira e Credencio (2012) “uma rede criada pelo Ministério da Justiça conseguiu identificar R\$ 11 bilhões movimentados por esquemas de lavagem de dinheiro no Brasil de 2009 até junho do ano de 2012”. Esses recursos acabam retornando e financiando a criminalidade, sendo, portanto um fator relevante nesse problema social.

As instituições financeiras são constantemente utilizadas por criminosos para conseguirem tornar lícito o lucro conquistado de forma ilegal. O alto nível de profissionalização desse agente tem tornado cada vez mais complexa a identificação do crime de lavagem de dinheiro. Esse crime além dos problemas que o antecedem acaba desequilibrando a economia, podendo influenciar segundo Amorim, Cardozo e Vicente (2011) em taxas de câmbio e valor da moeda nacional.

O crime de lavagem de dinheiro de acordo com Macedo (2012) utiliza-se de outros setores econômicos além do financeiro como empresas seguradoras, casas de câmbio e agências de viagem, empresas de *factoring*, mercado de futuros, companhias de transporte, restaurantes, hotéis, casas noturnas, comércio de antiguidades e obras de arte.

Com o objetivo de combater essa modalidade de crime que possui caráter internacional, devido à facilidade de trânsito do dinheiro, foi criada a Lei 9.613/1998 impondo obrigações aos setores alvo. A Lei também foi responsável pela criação do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF que é responsável por receber as denúncias sobre o crime de lavagem de dinheiro e investigá-las. As estatísticas sobre a quantidade de denúncias são reveladas periodicamente pelo referido Conselho.

O Banco Central do Brasil é dentre os órgãos reguladores responsáveis por repassar informações sobre operações suspeitas ao COAF o que mais se destaca na publicação de normativos, como por exemplo, a Resolução 2.554/1998 aferindo a implantação dos controles internos e conceitos de governança e *compliance* em instituições financeiras. Essa preocupação com a regulamentação e aplicação da Lei 613/1998 é refletida na grande

quantidade de denúncias encaminhadas ao COAF anualmente.

Em 10 de julho de 2012, foi publicada a Lei 12.683, responsável por alterar a Lei 9.613/1998 impondo controles mais rigorosos para o crime de lavagem de dinheiro. A busca de maior regulamentação é uma tendência mundial em paralelo com a crescente aplicabilidade dos conceitos de governança, controles internos e *compliance* nas organizações.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O problema da lavagem de dinheiro fez surgir normativos e regulamentações para tentar conter as vertentes que se espalham pelos mais diversos setores. Sem dúvida, as instituições financeiras são o maior alvo desse processo, Laittart (2012, p.4) afirma que dos dois trilhões de dólares envolvidos na lavagem de dinheiro por ano, 1,4 trilhões circulam no sistema financeiro.

A criação do COAF, a Lei 9.613/1998 bem como a Resolução do Banco Central - BACEN nº 2.554/1998, a Instrução nº 463/2008 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Instrução nº 26/2008 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, as Circulares nº 327/2006, 380/2008 e 445/2012 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e a nova Lei 12.683/2012, objetos de estudo desse trabalho, buscam evitar que os setores da economia continuem fazendo parte das operações ilícitas. Assim, o Brasil corrobora com as comunidades internacionais criando regulamentações que aumentam os controles sobre as instituições financeiras e os demais setores alvo do crime de lavagem de dinheiro.

O estudo da lavagem de dinheiro, técnicas de combate e conseqüências são temas abordados por muitos estudiosos que exploram os mecanismos destinados a contribuir para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, como as práticas de governança. Amorim, Cardozo e Vicente (2011, p.11) cita que de acordo com a ABBC (2009) “uma estrutura de *compliance* para atendimento às demandas dos órgãos reguladores nacionais e internacionais deve contemplar práticas relacionadas à Governança Corporativa, Gestão de Riscos e de *compliance*”.

A utilização da governança aliada à auditoria, *compliance* e rigorosos controles internos ocasionam impactos no combate à lavagem de dinheiro, sobretudo nas instituições financeiras onde existe uma maior cobrança por parte dos órgãos reguladores, portanto a implementação dessas práticas em novos setores estaria ampliando a possibilidade de

prevenção ao crime de lavagem de dinheiro.

A identificação da relação de sucesso entre os mecanismos utilizados pelos setores obrigados pela Lei 9.613/1998 e o resultado obtido na prevenção e combate à lavagem de dinheiro fez surgir o seguinte questionamento: como as práticas de governança podem contribuir para o combate e prevenção à lavagem de dinheiro à luz das novas exigências da Lei 12.683/2012?

1.2 OBJETIVOS

A seguir apontam-se os seguintes objetivos geral e específico que determinam como será realizada a pesquisa com a finalidade de atender o problema de pesquisa proposto.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar como as práticas de governança podem contribuir para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro após a alteração da Lei 9.613/98 pela Lei 12.683/2012.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com vistas a atingir o objetivo geral do presente estudo, bem como responder a questão problema, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer as novas regras constantes na nova Lei da lavagem de dinheiro;
- b) Identificar quais as práticas de governança são utilizadas pelos setores alvo regulados;
- c) Verificar como as práticas de governança podem contribuir para prevenção e combate da lavagem de dinheiro nos novos setores obrigados pela Lei 12.683/2012.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com Castro (1977), alguns critérios devem ser atendidos, independente do

tema proposto. Os critérios são: importância, originalidade e viabilidade.

A pesquisa mostra sua importância quando a implantação de governança e seus conceitos em instituições financeiras auxiliam a adequação às Leis e consequentemente aumentam a prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Assim pode-se reduzir a criminalidade e aumentar sua punibilidade.

Diversos estudos já foram realizados nessa área, como artigo e monografia realizados pelas autoras Amorim nos anos de 2009 e 2011, respectivamente, e a autora Tondorf, com uma monografia sobre o tema no ano de 2012. A originalidade do estudo justifica-se pela publicação da Lei 12.683/2012 sobre prevenção a crimes de lavagem de dinheiro não abordada nos trabalhos anteriores.

O estudo é viável, uma vez que existe tempo coerente para a realização do mesmo, as informações utilizadas para a realização da pesquisa estão disponíveis em sítios dos órgãos reguladores e instituições financeiras, a autora possui acesso fácil a outros estudiosos do assunto.

Dessa forma, a análise do impacto das práticas de governança para prevenção ao crime de lavagem de dinheiro e as exigências da Lei 12.683/2012 é extremamente importante pela quantia exorbitante que essa modalidade de crime movimenta em instituições financeiras e nos setores alvo, e pela responsabilidade da manutenção e expansão do crime organizado, tráfico de armas e drogas, contrabando, tráfico de seres humanos, tais ações ilícitas estão diretamente vinculada à lavagem de dinheiro. A inibição desse tipo de ação mediante forte fiscalização dificulta auferir lucros por meios ilegais o que resulta na redução desses crimes que atormentam a sociedade.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho acadêmico consiste em três fases para sua realização. A primeira é a fundamentação teórica, a qual foi realizada por meio de levantamento bibliográfico direto e indireto. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.51), a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Nessa fase ocorreu a obtenção de dados secundários de livros, sítios eletrônicos e outros trabalhos publicados na área.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada com base na mudança da legislação que se refere

à lavagem de dinheiro buscando identificar as alterações ocasionadas pela Lei 12.683/2012.

Após a pesquisa bibliográfica, a segunda fase é o estudo de caso descritivo e exploratório. Segundo Dencker (2000), essa modalidade de estudo abrange a análise de exame de registros, observação, entrevistas ou qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser uma única pessoa, um grupo delas ou mesmo uma organização.

O presente estudo ainda que tenha utilizado dados quantitativos para obtenção de quadros e gráficos, caracteriza sua análise como qualitativa focada em descrever correlações entre as variáveis. Segundo Richardson (1999, p. 90), a abordagem qualitativa caracteriza-se como: “[...] a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.”

A pesquisa ocorreu por meio de acesso aos sítios dos órgãos reguladores, Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Secretaria de Previdência Complementar – SPC e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, onde foram pesquisados os normativos relacionados às práticas de governança publicados por esses órgãos desde a publicação da Lei 9.613/2012 referente à prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

A última parte do trabalho consistiu em verificar de forma comparativa o aumento no número de publicações dos órgãos reguladores sobre lavagem de dinheiro e práticas de governança com o número de comunicações enviadas ao COAF por estes órgãos.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O estudo está delimitado aos objetivos propostos. A Governança é um tema pouco explorado em muitas obras relacionadas à lavagem de dinheiro e instituições financeiras, e devido a recente alteração da Lei de combate e prevenção à lavagem de dinheiro não existem trabalhos que abordem as mudanças ocasionadas pela referida Lei.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está dividido em três capítulos. Neste primeiro, após uma breve introdução ao tema de pesquisa, são apresentados os objetivos, a justificativa, a metodologia, as limitações da pesquisa e a organização do trabalho.

O segundo capítulo consiste de uma revisão bibliográfica sobre os principais temas relacionados à Lavagem de Dinheiro, Governança, Controles Internos, Auditoria e *Compliance* nos setores alvo de lavagem de dinheiro.

O terceiro capítulo apresenta a coleta, análise e interpretação dos dados.

No quarto capítulo apresentam-se as considerações finais e recomendações. E, por último, as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo refere-se à fundamentação teórica, onde são abordados histórico, fases e conceitos sobre lavagem dinheiro, além dos temas governança, controles internos, auditoria e *compliance* e sua aplicabilidade na prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

2.1 LAVAGEM DE DINHEIRO

O conceito de lavagem de dinheiro será abordado a partir de um breve histórico, a relação do dente com o crime organizado, as fases em que o crime de lavagem de dinheiro é executado, por fim, será abordado a legislação anti-lavagem Lei 9.613/98 e 12.698/2012.

2.1.1 Breve Histórico

A teoria de Mandinger e Zalopany, de acordo com Mendroni (2001) e Amorim (2009) entende que a lavagem de dinheiro tenha surgido por meio da pirataria nas embarcações, no século XVII, na Inglaterra. Nessa época ocorria o roubo de navios a fim de custear as navegações. As mercadorias saqueadas eram trocadas por moedas, legitimando assim a operação.

Segundo Lilley (2001), por volta de 1920 nos Estados Unidos as quadrilhas compravam lavanderias para fazer circular os recursos, daí surgiu então a expressão “lavagem de dinheiro”.

Pantaleão (2012) afirma que a criminalização da lavagem de dinheiro já era exigida no passado por vários instrumentos de direito internacional, dentre eles o principal foi a Convenção de Viena em 1988, após reunião da Organização das Nações Unidas (ONU). A convenção tratou sobre o combate ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, por meio da prevenção e repressão dos processos de lavagem de dinheiro.

Segundo Velloso (2006, p.2) a Convenção de Viena tinha como principais pontos “a obrigação de cada país criminalizar a lavagem de dinheiro derivada do tráfico de estupefacientes, a criação de normas para facilitar a cooperação judicial e a extradição, o confisco de bens oriundos do tráfico de entorpecentes.”.

O Brasil assinou o acordo apenas em 1998, quando foi gerada então a Lei 9.613/1998 sobre a lavagem de dinheiro. Amorim (2009, p.20-21) cita de acordo com o COAF (2003)

outros marcos sobre a lavagem de dinheiro, além da Convenção de Viena de 1988:

As quarenta recomendações sobre lavagem de dinheiro da Financial Action Task Force – ou Grupo de Ação Financeira sobre lavagem de dinheiro (GAFI/FATF);
 A Elaboração pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
 O Regulamento Modelo sobre Delitos de Lavagem Relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Outros Delitos Graves
 O Comunicado Ministerial da Conferência da Cúpula das Américas sobre os Procedimentos da Lavagem e Instrumentos Criminais
 A Declaração Política e o Plano de Ação contra Lavagem de dinheiro.

A preocupação com o combate à lavagem de dinheiro ganhou uma amplitude mundial pelos tipos de crimes que procura coibir. A seguir, serão apresentados conceitos sobre a lavagem de dinheiro.

2.1.2 Conceituação

A lavagem de dinheiro segundo Pantaleão (2012) é o “branqueamento de capitais”. De acordo com a Convenção de Viena de 1988, traduzido por Teixeira (2009, p. 8-9), a lavagem de dinheiro é:

converter ou transferir propriedade, sabendo que tal propriedade é derivada de crime [...] com o objetivo de dissimular a origem ilícita da propriedade ou de assistir qualquer pessoa que esteja envolvida no cometimento de tal crime [...] para evitar as consequências legais de seus atos; ocultar ou dissimular a natureza, fonte, localização, movimentação ou propriedade de bens, sabendo serem provenientes de crime; adquirir, possuir ou utilizar propriedade, sabendo ser proveniente de um crime.

Lilley (2001) afirma que a lavagem de dinheiro abrange mais do que tráfico de drogas, para este autor os atos ilegais ocorrem com a finalidade de se obter dinheiro, quando esse recurso é gerado pelo crime ele torna-se inútil. Assim, a lavagem de dinheiro seria a forma de tornar o dinheiro advindo de forma ilícita em lícito, e assim passível de utilização para as mais diversas transações.

Segundo Barros (2004, p.25):

A lavagem de capitais é produto da inteligência humana. Ela não surgiu do acaso, mas foi e tem sido habitualmente arquitetada em toda parte do mundo. A bem da verdade é milenar o costume utilizado por criminosos no emprego dos mais variados mecanismos para dar aparência lícita ao patrimônio constituído de bens e capitais obtidos mediante ação delituosa.

A lavagem de dinheiro é a forma encontrada de tornar legal o que foi concebido de forma ilegal. Esse processo utiliza inúmeras operações que são organizadas em fases explicadas a seguir.

2.1.3 A Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado

Pereira (2008) afirma que toda organização criminosa para sua sobrevivência necessita da lavagem de dinheiro para que possam usufruir livremente dos ganhos ilícitos obtidos pelo crime organizado. Confirmando essa relação Pitombo (2003, p.36) apresenta o conceito de lavagem de dinheiro relacionado com as organizações criminosas:

Lavagem é o método pelo qual uma ou mais pessoas, ou organizações criminosas, processam ganhos financeiros ou patrimoniais obtidos com determinadas atividades ilícitas. Sendo assim, lavagem de capitais consiste na operação financeira ou na transação comercial que visa ocultar ou dissimular a incorporação, transitória ou permanente, na economia ou no sistema financeiro do País, de bens, ou direitos, ou valores que, direta ou indiretamente, são resultados de outros crimes, e a cujo produto ilícito se pretende dar lícita aparência.

Mendroni (2006, p.7), define lavagem de dinheiro como sendo “o método pelo qual um indivíduo ou uma organização criminosa processa os ganhos financeiros obtidos com atividades ilegais, buscando trazer a sua aparência para obtidos lícitamente”. O Decreto 5.015, de 12 de março de 2004 promulga a Convenção de Palermo e define o crime organizado como: “[...] grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material”.

A Lei 12.694/2012, no artigo 2º considera organização criminosa a associação de mais de três pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional.

As organizações criminosas utilizam a lavagem de dinheiro para refinar os crimes, não faria sentido manter uma organização que não gera resultados, nesse caso o dinheiro. O processo fornece licitude aos valores concebidos de forma ilícita. Mendroni (2001, p.481) apud Amorim (2009, p.26), diz que “a lavagem de capitais e as organizações criminosas não existem separadamente, pois o sucesso de uma organização criminosa depende do

brilantismo com que a mesma consegue “lavar” o dinheiro que obtém ilicitamente”.

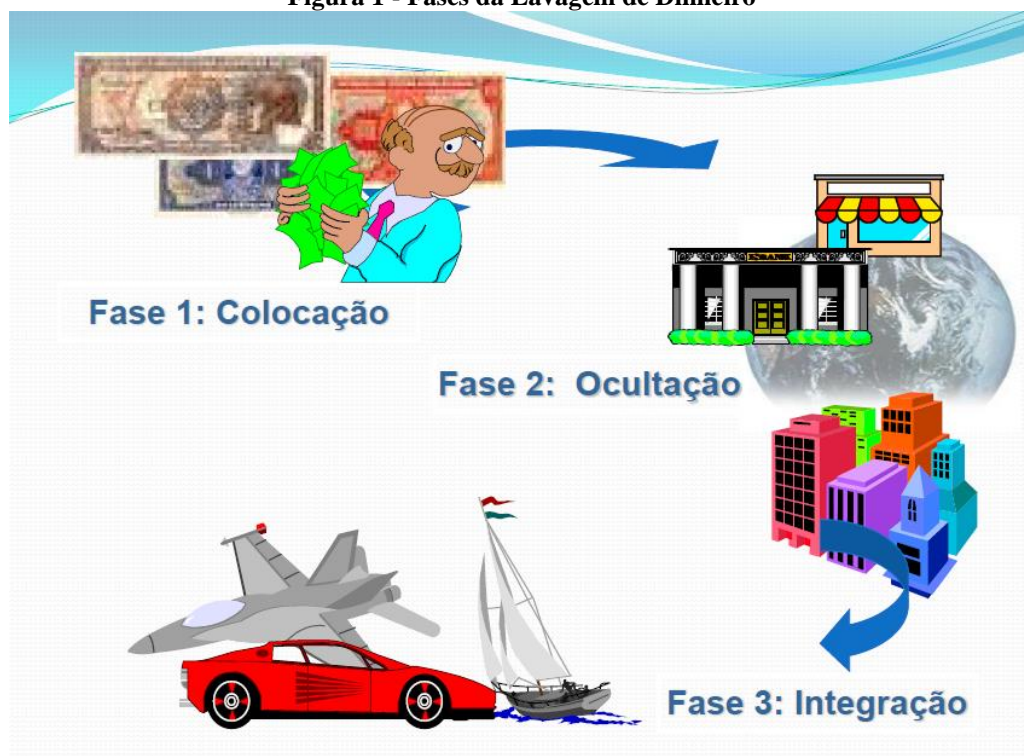
As organizações criminosas procuram gerar um dinheiro “limpo”, para isso utilizam os setores alvo regulamentados pela Lei 9.613/1998, o que torna o combate ao crime da lavagem de dinheiro uma forma coibir o crime organizado.

2.1.4 As Fases da Lavagem de Dinheiro

O Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF, 2012) caracteriza a lavagem de dinheiro como operações, sendo elas comerciais ou financeiras, com a finalidade de introduzir na economia do país, recursos, bens ou valores adquiridos de forma ilícita. Essas operações ocorrem em três fases autônomas que na maioria das vezes são realizadas simultaneamente.

O esquema de lavagem de dinheiro pode ser dividido de forma prática em três fases: colocação, ocultação ou conversão; estratificação ou dissimulação e integração. Segundo Barros (2004), a composição do processo de lavagem não é necessariamente isolada, pois estão entrelaçadas com a interdependência das operações, podendo ainda se sobrepor dentro do percurso.

Figura 1 - Fases da Lavagem de Dinheiro



Fonte: LAITTART, (2012, p. 22)

A metodologia de lavagem de dinheiro segundo Barros (2004) não se esgota nessas três fases apresentadas na figura 1 devido à criatividade e habilidade associada à criminologia, no entanto serão caracterizadas as possíveis etapas que caracterizam a lavagem de dinheiro.

2.1.4.1 Colocação, Ocultação ou Conversão

A primeira fase denominada colocação, é a fase onde ainda existe grande ligação com os antecedentes criminais da operação, para Oliveira (1999) essa etapa objetiva obter uma menor visibilidade. Essa fase é responsável pela inserção do dinheiro ilícito no sistema financeiro. Segundo Elias (2005 p. 11) a iniciações podem ocorrer por meio de “por intermédio de depósitos bancários, investimentos em valores mobiliários, investimentos em empresas de fachada”.

Barros (2004, p.43) conceitua a fase da conversão:

A conversão também chamada de ocultação, em linguagem internacional conhecida como fase do *placement*, consiste na colocação ou na aplicação dos ativos ilícitos em espécie (dinheiro sujo) no sistema financeiro e econômico, mediante troca (conversão) de moeda em casa de câmbio, depósitos bancários, investimentos em operações em bolsa, transações imobiliárias, aquisições de joias e de obras de arte etc., correspondendo essa conversão ou ocultação ao objetivo de encobrir a natureza, localização, fonte, propriedade e o controle dos recursos obtidos ilicitamente; desta fase podem participar muitas pessoas para diluir ou fracionar grandes somas de dinheiro.

Conforme explicitado por Elias (2005) e Barros (2004) pode-se afirmar que para a realização da primeira fase do processo de lavagem de dinheiro é altamente efetuada a utilização de instituições financeiras.

2.1.4.2 Estratificação ou Dissimulação

A segunda parte do processo de lavagem de dinheiro é responsável pela divisão dos recursos ilícitos e sua posterior movimentação no sistema econômico financeiro, conforme Elias (2005) essa ação tem o objetivo de camuflar a origem de tais recursos. Barros (2004, p.44) descreve a etapa da dissimulação:

Na segunda etapa do processo de ‘lavagem’ pratica-se a dissimulação, também conhecida por fase de controle ou estratificação, identificada em linguagem internacional como *empilage*, que corresponde ao acúmulo de investimentos, que visam maquiar a trilha contábil dos lucros provenientes do crime antecedente. Nesta

fase da ação criminosa, a conduta se reveste de várias e sucessivas operações e transações econômico-financeiras, inclusive nos chamados “paraísos fiscais”, feitas com o emprego de sofisticados meios eletrônicos e com o propósito de disfarçar e diluir a ilícita origem do dinheiro sujo, sendo então utilizadas muitas contas bancárias, investimentos diversificados, aplicações em bolsas, etc., envolvendo a participação de pessoas físicas e jurídicas empenhadas em camuflar os ativos ilícitos.

Para Lilley (2001, p.65) “A única finalidade desta movimentação é fracionar o total original, criar o máximo de burocracia possível para confundir e frustrar toda vigilância ativa e quaisquer investigações futuras, e, ao fim do dia, criar uma falsa proveniência relativa à origem dos recursos”.

A dissimulação propõe que o valor ilícito ganhe a aparência de ativos lícitos. A estruturação ocorre com a aplicação de grandes quantias em divisões menores, tentando assim burlar os registros de operações. A finalidade é modificar o formato do dinheiro de modo a impedir o rastreamento.

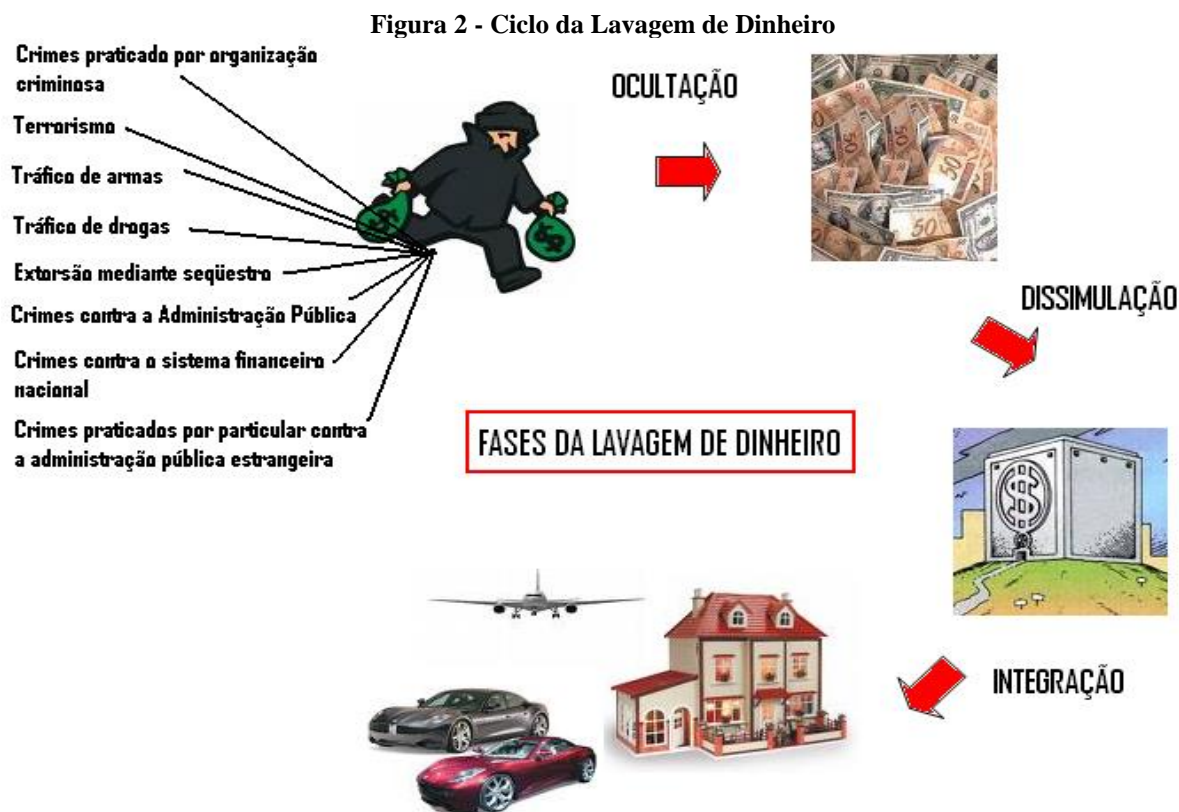
2.1.4.3 Integração

A última fase do processo segundo Elias (2005) é onde os recursos retornam ao sistema econômico imunes de suspeitas sobre sua origem, podendo assim ser utilizados como for mais conveniente ao seu proprietário.

Cordero Apud Barros, (2004, p. 45) afirma que:

para concluir o processo, realiza-se a integração, fase que corresponde ao exaurimento propriamente dito da ‘lavagem’. Consiste em reinserir os lucros e os bens, criminalmente obtidos, na economia legal sem levantar suspeitas, ou outorgar-lhes uma aparência de legitimidade em relação a sua origem”. Isto geralmente se obtém com a criação ou investimentos em negócios lícitos, ou ainda mediante a aquisição de bens em geral (imóveis, obras de arte, ouro, joias, ações, embarcações, veículos automotores, etc...), sendo o capital, com aparência lícita, reintroduzido nos setores econômico, financeiro e produtivo da cadeia econômico-financeira do país, tal como ocorre com as operações de fundo legítimo.

Segundo Amorim, Cardozo e Vicente (2011, p.5) após as três fases, “há uma reciclagem total, onde acontecem procedimentos permanentes para apagar os rastros do dinheiro ilícito, logo após a conversão do dinheiro sujo em bens plenamente lícitos e lavados. Nessa etapa, conforme os autores, ocorre o maior dano à ordem econômica. A figura 2, criada pela referida autora demonstra de forma interligada as fases da lavagem de dinheiro.



Fonte: Amorim, (2009, p.25)

A Lavagem de dinheiro visa transformar, ou seja, fazer parecer que o dinheiro que veio de uma origem “X” ilícita, na realidade é de uma origem “Y” lícita. Para alcançar esse fim, os criminosos necessitam praticar diversas ações organizadas nas três fases abordadas.

2.1.5 A legislação anti-lavagem de dinheiro no Brasil (Lei 9.613/98 e Lei 12.683/2012)

O tema lavagem de dinheiro, de acordo com Velloso (2006) apareceu como debate mundial na Convenção das Organizações Unidas, em Viena, no ano de 1988. Segundo o autor, a Convenção de Viena explana o combate do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas psicotrópicas por meio repressão da lavagem de dinheiro. Segundo Roncato (2006, p.9), “a fim de prevenir à macro delinquência econômica da comunidade internacional, países como o Brasil (Decreto n. 154, de 26/06/91), signatários da Convenção, assumiram este compromisso internacional de combate interno e de cooperação entre as nações”.

As normas criadas a partir da Convenção de Viena são classificadas em primeira, segunda e terceira geração baseadas na designação do crime antecedente à lavagem de

dinheiro. A primeira geração prevê apenas o tráfico de drogas como crime antecedente. A segunda geração apresenta um rol taxativo de crimes nos quais era permitida a incriminação pelo crime de lavagem de dinheiro. O aumento de casos de lavagem de dinheiro, ocasionados fora dos crimes previstos na legislação fez surgir pressão internacional a terceira geração de normativos, nela qualquer crime pode ser enquadrado como lavagem de dinheiro.

Outras ações internacionais também contribuíram para a formulação da legislação anti-lavagem de dinheiro no Brasil. No ano de 1989, criou-se o Grupo de Ação Financeira Internacional – GIAFI com o objetivo de combater a lavagem de dinheiro. O GIAFI desenvolveu diversas recomendações, entre elas, destaca-se a ampliação dos crimes antecedentes ao “terrorismo, a exploração sexual, tráfico de bens roubados, corrupção e suborno, fraude, pirataria, crimes contra o ambiente, rapto, extorsão, falsificação, manipulação de mercado, entre outros” (Roncato, 2006, p. 13).

O Brasil veio a desenvolver sua legislação apenas dez anos após a Convenção de Viena com a Lei 9.613/98 de 3 de março de 1988, classificada já como segunda geração devido a discriminar os crimes antecedentes. A referida Lei está organizada em nove capítulos: “Dos Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores”; “Disposições Processuais Especiais”; “Dos Efeitos da Condenação”; “Dos Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Crimes Praticados no Estrangeiro”; “Das Pessoas Sujeitas à Lei”; “Da Identificação dos Clientes e a Manutenção dos Registros”; “Da Comunicação de Operações Financeiras”; “Da Responsabilidade Administrativa”, e; “Do Conselho de Controle de Atividades Financeiras”.

A referida Lei dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. A Lei 9.613/98 foi alterada em 9 de julho de 2012 pela Lei 12.683/2012 para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, e coloca a legislação brasileira na terceira geração por alterar o rol taxativo dos crimes antecedentes. Importante ressaltar que a nova Lei 12.683/2012 realiza atualizações, mas não revoga a Lei 9.613/98. Dentre as principais alterações ocorridas na Lei podemos citar os crimes antecedentes e as pessoas sujeitas à Lei.

2.1.5.1 Crimes Antecedentes

Pereira (2012) em entrevista para a revista Consultor Jurídico, diz que a lei “é muito importante na perspectiva de dotar o Estado de instrumentos mais eficazes no combate ao crime organizado”. Uma das mudanças relevantes da Lei está no artigo 1º sobre crime antecedente (Lei 9.613/98):

Art 1º - Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:
 I - De tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
 II - De terrorismo e seu financiamento;
 III - De contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;
 IV - De extorsão mediante sequestro;
 V - Contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;
 VI - Contra o sistema financeiro nacional;
 VII - Praticado por organização criminosa;
 VIII - Praticado por particular contra a administração pública estrangeira.
 Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

A Lei 9.613/98 previa lavagem de dinheiro apenas quando os valores fossem provenientes de um crime específico. A nova Lei trouxe uma redação mais abrangente ampliando a aplicação da lavagem de dinheiro a crimes e contravenção penal. O artigo 2º da Lei 12.683/2012 altera o artigo 1º da Lei 9.613/98:

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
 (Incisos Revogados)
 Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

Moro (2010, p.36) manifestou sua opinião sobre a mudança na Lei, em específico sobre crimes antecedentes:

A eliminação do rol apresenta vantagens e desvantagens. Por um lado facilita a criminalização e a persecução penal de lavadores profissionais, ou seja, de pessoas que se dedicam profissionalmente à lavagem de dinheiro. (...) Por outro lado, a eliminação do rol gera certo risco de vulgarização do crime lavagem, o que pode ter duas consequências negativas. A primeira, um apenamento por crime de lavagem superior à sanção prevista para o crime antecedente, o que é, de certa forma, incoerente. A segunda, impedir que os recursos disponíveis à prevenção e à persecução penal sejam focados na criminalidade mais grave.

A Lei 12.683/2012 amplia o rol de crime antecedente. Cavalcante (2012) diz que com a inclusão das contravenções, jogos do bicho ou de azar que não são previstos como

crime no Brasil e sim como contravenção penal tipificada no art. 51 do Decreto-Lei n.º 3.688/1941, passam a ser considerados como crime antecedente à lavagem de dinheiro. Segundo Haidar (2012) “o dinheiro produto de qualquer crime que tenha sido “lavado” é causa de denúncia por lavagem de dinheiro”.

2.1.5.2 Pessoas Sujeitas à Lei

A Lei 9.613/1988 definia como sujeitas a Lei apenas as pessoas jurídicas envolvidas com movimentação financeira, sem abranger as pessoas físicas. As definições de movimentações incluídas no artigo também eram restritas, conforme pode ser observado no artigo 9º da Lei n.º 9.613/98 antes da Lei 12.683/2012:

Art. 9º Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

I - a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;

II - a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;

III - a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

A alteração no artigo 9º ocorre com a inserção da obrigatoriedade das pessoas físicas que se envolvam com movimentação de recursos financeiros, conforme Quadro 1. Segundo Pereira (2012), a nova Lei “amplia também o rol de pessoas físicas e jurídicas obrigadas a informar movimentações financeiras atípicas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o COAF”.

Quadro 1 - Pessoas Sujeitas incluídas pela Lei 12.683/2012

Pessoas sujeitas incluídas pela Lei 12.683/2012
<p>Art. 9º Sujeitam-se às obrigações as pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:</p> <p>XIII - as juntas comerciais e os registros públicos;</p> <p>XIV - as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações financeiras, societárias e mobiliárias.</p> <p>XV - pessoas físicas ou jurídicas que atuem no agenciamento, promoção, e negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares;</p> <p>XVI - as empresas de transporte e guarda de valores;</p> <p>XVII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de alto valor de origem rural ou animal ou intermediem a sua comercialização; e</p> <p>XVIII - as dependências no exterior das entidades mencionadas neste artigo, por meio de sua matriz no Brasil, relativamente a residentes no País.</p>

Fonte: Adaptado da Lei 9.613/98 e Lei 12.683/2012.

A Lei 12.683/2012 ainda alterou alguns incisos do artigo 9º e inseriu outros com a finalidade de abranger mais pessoas e incluir novas atividades na obrigatoriedade de seguir os artigos 10 e 11. Moraes (2012) afirma que o artigo 9º, “ampliou o rol de pessoas responsáveis por comunicar qualquer atividade suspeita de lavagem, incluindo pessoas físicas, profissionais do setor financeiro, de compra e venda de imóveis, advogados, entre outros”.

O Artigo 10 da Lei 9.613/98 trata da “Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros”, redação dada pela Lei 12.683/2012:

Art. 10. As pessoas referidas no art. 9º:

I - identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

II - manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

III - deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam atender ao disposto neste artigo e no art. 11, na forma disciplinada pelos órgãos competentes;

IV - deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas;

V - deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

De acordo com Calvalcante (2012), a Lei ampliou as obrigações previstas no artigo 10 que devem ser cumpridas pelos envolvidos inseridos no artigo 9º. Assim, segundo Beretta (2012) os profissionais que se identifiquem em atividades discriminadas no artigo 9º da Lei 12.683/2012 devem se atentar as movimentações realizadas pelos clientes, devendo ainda “adotar políticas preventivas com relação aos crimes de lavagem, a fim de se constatar a existência de sérios indícios criminosos em operações realizadas por seus clientes, conforme estabelece o próprio artigo 11 deste mesmo diploma legal.”

O atendimento dos requisitos da Lei 12.683/2012 pelas novas pessoas sujeitas demanda implementação de controles internos consistentes para que possam manter registros das transações realizadas, bem como conhecer o seu cliente. Essa nova exigência irá ocasionar um impacto nas organizações devido à necessidade de profissionalização da gestão e regulamentação, assim como ocorreu com os setores alvo da Lei 9.613/98.

A experiência em setores anteriormente previstos na Lei demonstra que apenas a exigência legal não é suficiente, são necessários órgãos reguladores e normativos, abordados no capítulo posterior, para que seja delineada a implantação de controles e práticas de

governança, auxiliando assim o cumprimento da Lei e o alcance do objetivo ao qual ela propõe de combater a lavagem de dinheiro.

2.1.5.3 Multas e Condenações

Os artigos 10 e 11 da Lei 12.683/2012 prevêm obrigações às pessoas físicas e jurídicas citadas no artigo 9º, o não cumprimento do disposto nos referidos artigos incorre em multa de até vinte milhões, o profissional pode ainda ter o direito do exercício de atividade cassado ou suspenso.

A Lei 9.613/98 previa em seu artigo 2º que o julgamento da lavagem e do crime antecedente seria realizado independentemente. Conforme exemplificado por Cavalcante (2012):

Jaime, traficante internacional de drogas, envia o lucro decorrente do comércio ilícito de drogas, por meio de doleiros, para um paraíso fiscal.
 Quantos crimes Jaime praticou?
 Tráfico transnacional de drogas (art. 33 c/c art. 40, I, da Lei n.º 11.343/2006);
 Evasão de divisas (art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/86);
 Lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei n.º 9.603/98).

O exemplo citado seria julgado independentemente antes da alteração feita pela Lei 12.683/2012, quando que após a referida Lei, a decisão de julgar em conjunto ou não fica a critério do juiz, de acordo com a conveniência do caso.

O artigo 3º da Lei 9.613/98 foi revogado:

Art. 3º Os crimes disciplinados nesta Lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória e, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

Segundo Cavalcante (2012) a revogação do artigo está em consonância com a Lei 14.403/2011 que consagra a fiança como medida alternativa à prisão, e também à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF o qual entende que mesmo para crimes inafiançáveis é possível concessão de liberdade provisória sem fiança. A Lei 9.613/98 em seu artigo 3º proibia a concessão de liberdade provisória ou pagamento de fiança.

O 4º artigo da Lei sofreu alteração apenas em sua redação, tornando mais claro o entendimento. Cavalcante (2012) “A Lei n.º 12.683/2012 não trouxe mudanças substanciais no caput do art. 4º, tendo sido apenas aprimorada a redação original, que era menos clara que

a atual.”. No referido artigo, o § 1º afirmava que “as medidas assecuratórias previstas neste artigo serão levantadas se a ação penal não for iniciada no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que ficar concluída a diligência.”. A nova Lei revogou essa previsão, não existindo mais prazo para ocorrer a ação penal.

De acordo com Pantaleão (2012) a denúncia do crime de lavagem de dinheiro pode ser acolhida pelo poder judiciário mesmo que o crime ou contravenção penal antecedente não tenha sido ainda punido ou até mesmo reconhecido como extinta a punibilidade da infração antecedente.

O parágrafo 2º do artigo 4º da Lei 12.683/2012 acresceu à redação original da Lei 9.613/98 que trata da liberação dos bens e valores quando julgados de origem lícita, a manutenção da indisponibilidade dos bens para possível reparação de danos. Conforme Calvalcante (2012) “o simples fato de ter origem lícita não autoriza a liberação de bens apreendidos”.

O parágrafo 3º do artigo 4º sofreu alteração na redação pela Lei 12.683/2012 apenas para fim de melhor clareza. Assim, o pedido de restituição do bem, quando provar sua origem lícita, dirigido ao juiz não basta, o interessado deve comparecer pessoalmente em juízo, caso não ocorra o juiz pode nem analisar o pedido.

Quadro 2 - Comparativo do Artigo 7º, inciso I da Lei 9.613/98 após a Lei 12.683/2012

Artigo 7º, inciso I, da Lei n.º 9.613/98	Artigo 7º, inciso I, da Lei n.º 12.683/2012
<p>“São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:</p> <p>I - a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto de crime previsto nesta Lei, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé”;</p>	<p>“São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:</p> <p>I - a perda, em favor da União - e dos Estados, nos casos de competência da Justiça Estadual -, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta Lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé”;</p>

Fonte: Adaptado da Lei 9.613/98 e Lei 12.683/2012.

Calvalcante (2012) aponta duas inovações principais, a primeira refere-se à ampliação da condenação, o perdimento de bens, direitos e valores anterior à nova Lei deveriam ser objeto da lavagem de dinheiro, agora necessitam apenas estarem ligados direta ou indiretamente com a lavagem. Portanto, a Lei 12.683/2012 autoriza a apreensão de bens em nome de terceiros quando existir suspeita de ligação com o crime de lavagem de dinheiro investigado.

O segundo apontamento diz respeito ao perdimento de bens, que não mais ocorre apenas em favor da União, a partir da nova Lei o confisco de bens ocorrerá em conta vinculada, ocorrendo à absolvição o valor retorna a conta do investigado e em caso de punição o depósito é feito ao erário, podendo ocorrer em favor da União ou do Estado.

Outro aspecto relevante pode ser apontado na Lei 12.683/2012 segundo Grandis (2012):

Um aspecto muito bom da nova lei, que era uma postulação antiga, é que agora, não só o Ministério Público como também a polícia podem acessar diretamente dados cadastrais dos investigados, ou seja, filiação, endereço, tanto por parte das instituições financeiras e das administradoras de cartões de crédito como também da Justiça eleitoral.

Em síntese, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (2012) aponta as principais novidades da Lei 12.683/2012:

- 1 - a extinção da lista de crimes antecedentes, passando a considerar agora qualquer infração penal como antecedente da lavagem de dinheiro;
- 2 - a inclusão da alienação antecipada de bens;
- 3 - a permissão da delação premiada a qualquer tempo, mesmo após a sentença penal condenatória;
- 4 - a inclusão de novos sujeitos obrigados às medidas preventivas, tais como profissionais que prestem serviços de assessoria, consultoria, auditoria, empresários de atletas e artistas, comerciantes de bens de luxo, cartórios, juntas comerciais, dentre outros;
- 5 - a elevação do teto das multas, passando de R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões;
- 6 - a inclusão da obrigação para que as pessoas físicas ou jurídicas abrangidas pela lei reportem ao órgão regulador de sua atividade ou, na sua falta, ao COAF, a não ocorrência de situações passíveis de serem comunicadas.

As alterações na Lei da lavagem de dinheiro vêm em encontro com a necessidade de transparência nas informações divulgadas pelas organizações, e está ligada ao número de denúncias que são encaminhadas ao COAF, pois amplia o rol de crime antecedente bem como a abrangência das pessoas sujeitas a Lei. Os números estatísticos divulgados pelo COAF serão abordados pela autora na análise dos resultados.

A adequação da legislação às mudanças da sociedade é fundamental para o combate e prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, no entanto o reflexo disso encontra-se no número de normas e regulamentos emitidos pelos órgãos reguladores, bem como o ajustamento das instituições sujeitas às modificações. A exigência da conformidade com as leis e normas reforça a necessidade das organizações de desenvolverem práticas constantes de

governança corporativa.

2.2 GOVERNANÇA

A governança segundo Ribeiro Neto (2002, p.2) “ganhou notoriedade mundial devido aos escândalos ocorridos em corporações dos Estados Unidos que causaram grandes prejuízos e despertaram a atenção da sociedade para a relevância desse assunto”.

O surgimento da Governança se deu nos Estados Unidos na primeira metade dos anos 80, conforme dados do IBGC (2012), os acionistas sentiram a necessidade de se proteger dos abusos da diretoria executiva das empresas, bem como seus conselhos e auditorias externas. A Governança surge então nesse contexto para superar o conflito de agência.

Segundo Lopes e Martins (2005), a teoria da agência rompe com o conceito da teoria clássica onde as empresas possuíam um único dono que também atuava como gestor, a quebra desse paradigma afirma que podem ocorrer conflitos entre os vários interessados nas atividades da empresa.

O crescimento do número de atores nas organizações ocasionou a separação entre a propriedade e a gestão empresarial, assim o poder de decisão acaba sendo delegado a um executivo. Quando isso ocorre aumenta o número de interesses individuais gerando assim o conflito de agência.

Assim, a Governança nasce com o objetivo de indicar mecanismos que garantam o alinhamento dos interesses desses inúmeros atores envolvidos no processo e redução do viés das informações. Segundo o Código Brasileiro das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2006, p.4):

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

No Brasil, segundo IBGC (2012), a Governança Empresarial surgiu com as primeiras experiências de controle compartilhado, onde os investidores que dividiam o comando da empresa criaram regras mediante contratos. O aumento dos estrangeiros no mercado de capitais também obrigou o Brasil à adequação às normas internacionais.

O primeiro código sobre governança foi publicado no Brasil em 1999, elaborado pelo

IBGC. O código descreveu os quatro princípios básicos da boa governança interpretados por Andrade e Rossetti (2007):

- Transparência (*disclosure*): informar às partes interessadas o que lhe seja de interesse, não somente o que é obrigado por lei, o número de informações pertinentes reflete diretamente na criação de valor da empresa na visão de terceiros;
- Equidade (*fairness*): prevê o tratamento justo não somente aos sócios como a todos os *stakeholders*, sendo inaceitáveis atitudes discriminatórias;
- Prestação de contas (*accountability*): os agentes devem assumir seus atos e omissões, prestando contas de suas ações;
- Responsabilidade Corporativa: estar em conformidade com as regras (*compliance*), visando à sustentabilidade e longevidade das organizações.

No ano de 2011 foi reformulada a Lei das Sociedades Anônimas e, em 2002, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançou sua cartilha sobre o tema Governança com a seguinte definição:

Governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. (CVM, 2002, p.1)

A cartilha lançada pela CVM em 2002 aborda os seguintes temas: I - transparência: assembleias, estrutura acionária e grupo de controle, II - estrutura e responsabilidade do conselho de administração, III - proteção a acionistas minoritários e IV - auditoria e demonstrações financeiras.

Além da cartilha, outra contribuição para a Governança segundo a IBGC (2012) surgiu da Bolsa de Valores de São Paulo com a criação de segmentos especiais para empresas com padrões já desenvolvidos de Governança Corporativa. Segundo a BM&FBOVESPA (2012), a segmentação ocorreu quando se notou que para atrair novos investidores e empresas e desenvolver o mercado de capitais do Brasil era preciso seguir padrões e classificações rígidas de Governança.

As regras de classificação visam mitigar os riscos dos investidores e reduzir a

assimetria da informação, exigindo além das obrigações impostas pela Lei da Sociedade por Ações. As empresas podem ser classificadas em Novo Mercado, Nível 1, Nível 2, dependendo das características, como descrito no Quadro 3 resumo:

Quadro 3 - Comparativo dos Segmentos de Listagem

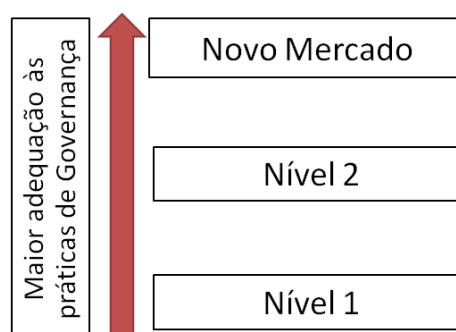
	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	BOVESPA MAIS	TRADICIONAL
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	Somente ações ON podem ser negociadas e emitidas, mas é permitida a existência de PN	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	No mínimo 25% de free float			25% de free float até o 7º ano de listagem, ou condições mínimas de liquidez	Não há regra
Distribuições públicas de ações	Esforços de dispersão acionária			Não há regra	
Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011)	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quorum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra		
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação)		
Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)			Não há regra	
Obrigaçao do Conselho de Administração (a partir de 10/05/2011)	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia		Não há regra		
Demonstrações Financeiras	Traduzidas para o inglês		Conforme legislação		
Reunião pública anual e calendário de eventos corporativos	Obrigatório			Facultativo	
Divulgação adicional de informações (a partir de 10/05/2011)	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta			Não há regra	

	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	BOVESPA MAIS	TRADICIONAL
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN 100% para ações ON e 80% para PN (até 09/05/2011)	80% para ações ON (conforme legislação)	100% para ações ON	80% para ações ON (conforme legislação)
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de fechamento de capital ou saída do segmento		Conforme legislação	Obrigatoriedade em caso de fechamento de capital ou saída do segmento	Conforme legislação
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório		Facultativo	Obrigatório	Facultativo

Fonte: BM&FBOVESPA, 2012.

Conforme visto no quadro resumo, pode classificar a denominação dada pela BM&FBOVESPA com o grau de atendimento às práticas de Governança na seguinte forma, conforme Figura 3.

Figura 3 - Classificação e Adequação às Normas de Governança



O nível 1 exige que as empresas forneçam informações relevantes aos usuários, focando o princípio da transparência. Segundo a IBGC (2012) “caracteriza-se por exigir práticas adicionais de liquidez das ações e *disclosure*”.

O nível 2 impõe que praticamente todas as exigências do Novo Mercado sejam seguidas, com raras exceções como o direito de manter ações preferenciais. Para o IBGC (2012) “tem por obrigação práticas adicionais relativas aos direitos dos acionistas e conselho de administração”.

O novo mercado por fim, exige a emissão exclusiva de ações com direito a voto, sendo

segundo a BM&FBOVESPA (2012) “o mais elevado padrão de Governança Corporativa”. Os dois últimos níveis representam um nível elevado de transparência que reflete para o investidor como uma minimização de riscos, segundo a BM&FBOVESPA assim é possível atrair maior número de interessados e consequentemente fortalecer o mercado de ações.

Neto e Famá (2002, p.2) citam a importância da governança nas instituições:

A importância da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização ou com partes externas. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando o problema de agência, procurando convergir os interesses de todas as partes relacionadas, buscando maximizar a criação de valor na empresa.

Em entrevista realizada ao jornal Economia News, Silva (2010) afirma que a governança deve auxiliar a empresa no alcance do melhor resultado possível interagindo com sócios, diretores, colaboradores, fornecedores e principalmente o meio em que ela está inserida de forma satisfatória. Assim, praticar a governança exige que todos os agentes envolvidos funcionem de maneira adequada.

A ausência de bons sistemas de governança de acordo com Duarte et al (2012) pode levar a empresa ao fracasso decorrente de abusos de poder, erros estratégicos e fraudes como o uso de informações privilegiadas. Assim, boas práticas de governança são fundamentais para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro principalmente em instituições financeiras, já que estas são altamente visadas por criminosos que exercem essa prática.

2.2.1 Governança nos Setores Alvo

A governança é tema de normativos dos órgãos reguladores dos setores alvo de lavagem de dinheiro. A CVM dispõe recomendações sobre governança corporativa em 2002, onde define a governança e suas aplicações práticas aos órgãos regulados “a análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas” (CVM - Cartilha de Governança, 2002, p.1)

A SPC define governança como o conjunto de regras que devem ser difundidas e aplicadas em toda a organização para que efetivem seus princípios com base no valor e controle de riscos, para isso, promove o relacionamento de participantes, conselhos, diretoria, auditores e consultores na adoção das práticas de governança, monitoramento de riscos,

implementação e aperfeiçoamento de controles. Esse órgão regulador ainda aponta os fatores críticos para obtenção de sucesso nas organizações:

- Desenvolvimento de uma cultura interna e adesão das pessoas;
- Sensibilização dos gestores sobre importância do gerenciamento efetivo de riscos e controles;
- Eliminação de situações de conflitos de interesse/ ausência de segregação de funções;
- Melhoria no processo de comunicação, tanto interna como externa;
- Exercício da governança e qualidade pelos conselhos fiscal e deliberativo, e demais órgãos estatutários. (Fundamentos da Previdência Complementar - SPC)

A SUSEP apresenta práticas de governança regulando a aplicação de controles internos por meio de suas resoluções. As práticas de governança corporativa de instituições financeiras segundo a Cartilha de Governança Corporativa da ABBC e FIPECAFI (2009, p.6) “podem afetar o seu custo de capital, o desempenho de sua gestão e a eficiência do seu processo decisório”.

O Quadro 4 aponta a convergência dos princípios de governança corporativa nas instituições financeiras relacionadas às exigências da legislação da lavagem de dinheiro:

Quadro 4 - Relação entre Governança e Lavagem de Dinheiro

Princípios de Governança nas Instituições Financeiras	Aspectos Oriundos do Processo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro
Contribuir para a perenidade da organização, pela ótica da sustentabilidade e visão de longo prazo.	Redução do risco de insolvência da organização pelo acompanhamento das operações e atualização do cadastro de clientes.
Transparência e confiança para ambiente interno e externo.	Redução do risco de imagem pela resposta rápida e precisa às denúncias.
Equidade pelo tratamento uniforme sem existência de política discriminatória.	Sistema com filtros em bases legais, sem oportunidade de dúbia interpretação.
Responsabilidade Corporativa das instituições pela sua função social, colaborando para integridade do sistema financeiro, inibindo atividades criminosas e privilegiando atividades legais.	Mecanismos de bloqueio de capitais relacionados a atividades ilícitas e comunicação de indícios de lavagem de dinheiro às autoridades competentes.
Transparência das informações.	Implantação de controles internos que melhorem a qualidade das informações.
Maior facilidade de acesso às informações requeridas pela auditoria independente.	Implantação de controles relacionados à auditoria interna e externa.
Preservação da instituição quanto às situações de conflito de interesses.	Exigência de registro e controle de operações buscando inibir o envolvimento da instituição em privilégios ilícitos.
Disseminação de valores referente ao código de conduta.	Treinamento e divulgação das normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Fonte: Adaptado de Machado, 2006.

A importância da governança nas instituições financeiras possui reconhecimento

mundial, acordos internacionais, como Basiléia I firmado em 1988, buscam a mitigação dos riscos aos quais está exposto esse tipo de organização. O novo acordo de capitais Basiléia II de 2004 coloca as práticas de governança como um de seus pilares, de acordo com o Banco do Brasil (2012) essa premissa “reafirma e fortalece a participação e o papel do regulador no processo de supervisão bancária e de avaliação da governança de risco das instituições e como estas gerenciam o capital para fazer frente aos riscos incorridos”.

Conclui-se que as práticas de governança aplicadas aos setores alvo da lavagem de dinheiro são fundamentais para adequação das organizações às exigências legais e do mercado em que está inserido, fato esse que aumenta a relevância dos mecanismos de controles internos, auditoria e *compliance*, responsáveis por alinhar os interesses da sociedade e das instituições.

2.3 CONTROLES INTERNOS, AUDITORIA E *COMPLIANCE*

Este subitem irá abordar conceitos e funções dos controles internos, auditoria e *compliance*, bem como as normas emitidas por órgão reguladores que implementam a governança nos setores alvos da lavagem de dinheiro.

2.3.1 Controles Internos

O IBRACON (1995) afirma que “o controle interno compreende o plano de organização e o conjunto ordenado dos métodos e medidas, adotados pela entidade para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e o grau de confiança de seus dados contábeis”.

De acordo com Almeida (2009, p. 63), “controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios”.

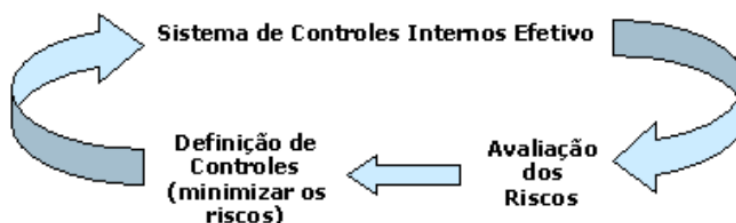
Os conceitos utilizados pela IBRACON (1995) e por Almeida (2009) afirmam que os controles internos são necessários para avaliação e regulamentação do desempenho obtido pelas organizações, além disso, asseguram a conformidade da informação gerada. Segundo o autor Attie (2009, p. 117) o controle interno possui quatro objetivos fundamentais:

A salvaguarda dos interesses da empresa;

A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
 O estímulo à eficiência operacional; e
 A aderência às políticas da empresa.

O sistema de controles internos deve ser mais rigoroso em atividades que expõem a organização a maiores riscos a fim de auxiliar a identificação dos pontos vulneráveis. Assim, como elucidado na Figura 4 é possível com um bom sistema de controles internos realizarem a avaliação dos riscos e definir como os mesmos podem ser minimizados ou excluídos.

Figura 4 - Controles Internos e Mitigação de Riscos
Estratégias/Objetivos



Fonte: Banco Ibi (2012, p.2)

Moltocar (2000) elucida que fortes controles podem minimizar os riscos de crédito, como também os inerentes à imagem da instituição. Uma organização utilizada para lavagem de dinheiro certamente perderia sua credibilidade no mercado. A implementação de controles é exigida por órgãos reguladores como o BACEN por meio da Resolução 2.554/1998.

2.3.2 Auditoria

A auditoria surgiu conforme Khatib (2011) para atender a necessidade do sistema capitalista. As empresas inicialmente familiares foram crescendo e necessitando captar recursos externos. Os investidores buscando analisar os investimentos precisavam de informações sobre a situação patrimonial e financeira das empresas, a auditoria aparece como forma de fornecer idoneidade das demonstrações contábeis publicadas pelas instituições.

Segundo Attie (2009, p. 25) a auditoria é: “voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.” A auditoria é responsável por verificar testes práticos e assim poder avaliar a funcionalidade dos controles internos e *compliance*, identificando as inconformidades que

podem ser corrigidas e por consequência auxiliando a prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro em instituições financeiras.

Franco (1995, p. 28) diz que “a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes”. O conceito de Franco especifica as atividades da auditoria.

O mesmo autor ainda explicita a característica preventiva da auditoria:

A auditoria exerce sua ação preventiva, saneadora e moralizadora, para confirmar a veracidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, com o fim de opinar sobre a adequação das situações e informações contidas nas demonstrações contábeis, na salvaguarda dos direitos dos proprietários, dos financiadores do patrimônio, do próprio fisco e, até, da sociedade em geral (FRANCO e MARRA, 2001, p. 31).

A auditoria busca avaliar o controle das principais áreas das empresas, inúmeras são as modalidades de auditoria cada uma com sua atividade correspondente conforme o Quadro 5:

Quadro 5 - Tipos de Auditoria

TIPOS DE AUDITORIA	ATIVIDADES DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO
Auditoria Interna	Observância de normas e procedimentos implantados pela empresa ou pelos órgãos reguladores de determinadas atividades.
Auditoria Operacional	Processos administrativos e operacionais em busca do aprimoramento contínuo dos processos.
Auditoria de Cumprimento Normativo ou <i>Compliance</i>	Com a mesma abordagem da auditoria interna, esta auditoria é mais utilizada em áreas com um maior conjunto de regras, como, por exemplo, os bancos fiscalizados pelo Banco Central.
Auditoria de Gestão	Da eficiência e da eficácia do corpo diretivo e gerencial.
Auditoria de Sistemas	Da qualidade do sistema de computação de dados e dos controles existentes no ambiente de tecnologia de informações, com o objetivo de garantir a geração de informações e dados confiáveis.
Auditoria Fiscal e Tributária	Análise dos procedimentos adotados para a apuração, controle e pagamentos dos tributos que incidem nas atividades comerciais e operacionais da empresa. Avaliação do planejamento tributário.
Auditoria Ambiental (1)	Avaliação dos processos operacionais e produtivos das empresas visando à identificação de danos ao meio ambiente e quantificação de

	contingências.
Auditoria Ambiental (2)	Preparação da empresa para receber o Certificado ISO 14.000 – International Organization for Standardization – Meio Ambiente.
Auditoria das Demonstrações Contábeis	Ou auditoria independente, onde é feita a análise da conformidade dos procedimentos de evidenciação contábil.

Fonte: Vicente, (2012, p.11)

Boynton et al (2002, p.33) descreve a existência de três tipos de auditores: a) Auditores Independentes (operam sozinhos ou participam de empresas de auditoria e não possuem vínculo com a empresa auditada); b) Auditores Internos (são funcionários das organizações que auditam ou de empresa vinculada à organização); c) Auditores Públicos (funcionários do governo).

A auditoria visa prevenir situações propiciadoras de fraudes, simulações, desfalques, dentre outras, por técnicas próprias. Segundo Amorim (2009, p.47) “nas Instituições financeiras brasileiras, há a exigência de auditoria dos controles internos e *compliance*, de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.554/98”. A referida autora ainda destaca que a mesma Resolução exige a realização de auditoria interna ou externa para verificar o cumprimento dos controles internos, inclusive os que se referem à lavagem de dinheiro.

A Circular nº 3.461/09 do BACEN determina às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que implementem controles objetivando prevenir os crimes tratados na Lei 9.613/98, e que os mesmos sejam auditados pelo menos uma vez ao ano. Manzi (2008) aponta a intersecção entre a *compliance* e a auditoria, segundo a autora a auditoria é responsável por analisar o nível de conformidade com as normas, mas realiza isso por amostragem. A *compliance* deve ocorrer de forma permanente e preocupar-se em tratar os casos que não estão em conformidade.

2.3.3 Compliance

O *compliance* surgiu com a criação do Banco Central Americano em 1913, buscando uma maior segurança no sistema financeiro, como uma forma de mitigação de riscos. Para Manzi (2008, p. 15) “O termo *compliance* origina-se do verbo em inglês to comply, que significa cumprir, executar, satisfazer, realizar algo imposto. *Compliance* é o ato de cumprir,

de estar em conformidade e executar regulamentos internos e externos, impostos às atividades da instituição, buscando mitigar o risco atrelado à reputação e ao regulatório legal”. Manzi (2008, p.123) elenca ainda os benefícios do *Compliance*:

1. Boa reputação e desenvolvimento da marca;
2. Redução dos custos relacionados a não conformidade;
3. Transparência e segurança para seus clientes;
4. Conhecimento das responsabilidades regulatórias; e
5. Bom relacionamento com os reguladores.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2010), *compliance* é o dever de cumprir, estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos às atividades da instituição. Para Santos (2011), *compliance* é estudar e compreender a dinâmica dos crimes nas organizações independente do porte ou ramo de atividade.

Nas instituições bancárias existem inúmeras exigências legais que devem ser cumpridas, tornando a utilização e aplicação da prática de *compliance* fundamental, já que um descumprimento da legislação pode ocasionar problemas graves com o mercado e o governo. Schilder (2006) afirma que o custo-benefício gerado com a implantação de programas de *compliance* é de U\$1,00 para U\$5,00, ou seja, para cada dólar investido, são economizados cinco dólares com processos, perda de produtividade e reputação.

A discussão sobre ética dentro da organização é vista por Manzi (2008) como uma das peças fundamentais da *compliance*, além de garantir a conformidade com as leis e políticas que cercam a organização. O autor ainda afirma que “não se pode falar em governança corporativa e sustentabilidade sem se referir à ética e consequentemente considerar a importância de *compliance*” (Manzi, 2008, p. 123). O ambiente ético, com controles internos e enfoque em transparência torna a *compliance* um dos pilares da governança.

Segundo Manzi (2008, p.40-41) no Brasil a função de *compliance* implica:

- a) Assegurar quanto a: lei; princípios éticos e normas de conduta; regulamentos e normas, procedimentos e controles internos, sistema de informações, planos de contingência, segregação de funções, relatório do sistema de controles internos e políticas internas.
- b) Fomentar desenvolvimento de cultura de: prevenção à lavagem de dinheiro por meio de treinamento específico; controle, em conjunto com demais pilastras dos controles internos, quanto à busca incessante de conformidade do sistema de controles internos da instituição.
- c) Certificar-se das relações com: órgãos reguladores e fiscalizadores, auditores externos e internos e associações de classe.

O número extenso de exigências legais expõe às organizações ao “risco de

compliance”, definido pelo Bank for International Settlement (BIS) e traduzido por Manzi (2008, p.39) como “risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou reputação que um banco pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e de boas práticas bancárias”.

É possível concluir que direta ou indiretamente a ocorrência do risco de *compliance* irá resultar em perda financeira, pois sanções ou mesmo denúncias que colocam em dúvida a credibilidade da instituição irão ter reflexo direto em seu faturamento, principalmente no que se refere às instituições financeiras.

2.3.4 Normativos que visam a implementação de governança nos setores alvo

A Resolução 2.554/1998 do BACEN dispõe sobre a implantação e implementação dos controles internos. De acordo com Amorim (2009, p. 40):

A Resolução nº 2.554/98 passou a determinar que as Instituições financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN deveriam proceder a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

O artigo 2º da Resolução 2.554/1998 ressalta a acessibilidade dos controles internos a todos os colaboradores e envolvidos na organização, garantindo assim a transparência dos processos, responsabilidades e funções em todos os níveis hierárquicos, de acordo com o artigo os controles internos devem prever:

- I - A definição de responsabilidades dentro da instituição;
- II - A segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie;
- III - Meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição;
- IV - A existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;
- V - A contínua avaliação dos diversos riscos associados às atividades da instituição;
- VI - O acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;
- VII - A existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Os parágrafos do artigo 2º da Resolução 2.554/1998 abordam a preocupação com a revisão periódica dos controles internos para que possam ser constantemente atualizados com riscos antes não mencionados. Além disso, especificamente no parágrafo 2º aponta-se que a auditoria interna deve integrar o conjunto de controles da instituição. A auditoria pode ser realizada por unidade específica da mesma instituição, ou ainda conforme os incisos do parágrafo 3º do artigo 2º da Resolução 2.554/1998:

- I - Por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;
- II - Pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que for filiada a instituição;
- III - Por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço.

A Resolução 2.554/1998 ainda aborda que o acompanhamento dos controles deve ser realizado por meio de relatórios com periodicidade no mínimo semestral. O Quadro 6 mostra em síntese os demais normativos e os assuntos tratados emitidos pelo BACEN e pelos demais órgãos reguladores como, SUSEP, SPC e CVM.

Quadro 6 - Normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores

Órgão	Normativos	Assuntos
BACEN	Resolução n. 2.554/98	Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.
	Carta Circular n. 2826/98	Divulga relação de operações e situações que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei n. 9.613, de 03.03.98, e estabelece procedimentos para sua comunicação ao Banco Central do Brasil.
	Circular n. 3234/06	Divulga recomendação referente a operações ou propostas envolvendo países não cooperantes quanto à prevenção à lavagem de dinheiro.
	Circular n. 3325/06	Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais - RMCCI.
	Carta Circular n. 3260/06	Esclarece acerca de procedimentos relativos à Circular 3.290, de 2005, que dispõe sobre a identificação e o registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira, bem como de emissões de instrumentos de transferência de recursos.
	Carta Circular n. 3337/08,	Divulga procedimentos mínimos necessários para o desempenho do estabelecido pela Circular 3.400, de 2008, no cumprimento das atribuições especiais das cooperativas centrais de crédito previstas no Capítulo IV da Resolução 3.442, de 2007.
	Circular n. 3461/09	Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na

		prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.
	Circular n. 3467/09	Estabelece critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dá outras providências.
	Carta Circular n. 3542/2012	Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras(COAF).
CVM	Instrução n. 463/ 2008	Altera a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e dispõe acerca dos procedimentos a serem observados para o acompanhamento de operações realizadas por pessoas politicamente expostas.
SPC	Instrução n. 26/ 2008	Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar em observância ao disposto no art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como no acompanhamento das operações realizadas por pessoas politicamente expostas e dá outras providências.
SUSEP	Circular n. 327/2006	Dispõe sobre os controles internos específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática dos crimes previstos na Lei Nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou que com eles possam relacionar-se, a comunicação de operações suspeitas e a responsabilidade administrativa de que trata aquela Lei.
	Circular n. 380/2008	Dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo.
	Circular n. 445/2012	Trata do assunto da Circular nº 380/2008 inserindo às alterações da Lei 12.683/2012; Sujeitam-se às obrigações previstas na Circular em comento, as sociedades seguradoras e de capitalização; os resseguradores locais e admitidos; as entidades abertas de previdência complementar; as sociedades cooperativas que especifica; as sociedades corretoras de resseguro; as sociedades corretoras e os corretores de seguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, entre outras que relaciona. Revogou a Circular SUSEP nº 380/2008 e a Carta Circular SUSEP/DEFIS/GAB nº 27/2009

Fonte: BACEN (Resolução 2.554/98; Circulares 3234/06, 3325/06, 3461/09 e 3467/09; Cartas Circulares 2826/98, 3260/06, 3337/08 e 3542/2012). CVM (Instrução 463/2008). SPC (Instrução 26/2008). SUSEP (Circulares 327/2006, 380/2008 e 445/2012)

Os referidos normativos fortalecem a prática dos controles nas organizações, Amorim (2009) afirma que quanto mais eficazes forem os controles internos de uma instituição, mais preparada ela estará para apontar operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo apresenta uma análise comparativa entre os normativos publicados pelos órgãos reguladores e o quantitativo de comunicações referente a possíveis transações de lavagem de dinheiro ao COAF, com vistas a destacar os impactos que as práticas de governança têm no aumento das comunicações remetidas ao órgão.

3.1 CONSELHO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF

O Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF foi previsto no artigo 14 da Lei nº 9.613/98. A criação do órgão tem a finalidade de “disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas” previstas na referida lei.

O COAF possui a missão de “prevenir a utilização dos setores econômicos para a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, promovendo a cooperação e o intercâmbio de informações entre os setores público e privado”. O Conselho de acordo com Amorim (2009) possui as seguintes competências: “a coordenação para propor mecanismos de cooperação no combate à lavagem, e; receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro, com a finalidade de enviá-las aos órgãos competentes”.

Segundo o Relatório de Gestão do COAF (2011), “o COAF é uma Unidade de Inteligência Financeira – UIF, do tipo administrativo, vinculado ao Ministério da Fazenda”. O órgão exerce funções reguladoras de normatizar sem prejuízo aos demais órgãos e aplicar penas administrativas. As funções de inteligência abrangem receber as comunicações dos órgãos reguladores, realizar análise de existência de indícios e após isso comunicar ao órgão competente para que sejam instaurados os procedimentos cabíveis.

3.1.1 Funcionamento das comunicações ao COAF

As comunicações são encaminhadas ao COAF pelos órgãos reguladores das pessoas obrigadas a comunicar suspeitas de lavagem de dinheiro pela Lei nº 9.613/98, como Banco Central do Brasil (BACEN), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

As denúncias encaminhadas para o COAF não serão necessariamente encaminhadas

a uma autoridade policial. Existe a realização de uma análise sobre os fatos descritos para verificar a origem dos recursos. Quando as operações que geraram o bem ou capital forem identificadas como lícitas, o processo vai para arquivo. O Quadro 7 ilustrará uma situação em que esse procedimento ocorre.

Quadro 7 - Exemplo de encaminhamento de comunicação via BACEN para o COAF em caso de arquivamento

Envolvido: Sr. José - Policial de Carreira
Data do Fato: 31.03.2003.
Valor da Ocorrência: R\$ 238.600,00
Abertura da Conta: 27.01.2003

Enquadramento na Carta-Circular 2.826 – BACEN:

- Movimentação de recursos incompatíveis com o patrimônio, a atividade Econômica ou a ocupação profissional e a capacidade presumida do cliente (II –”a”).
- Operação ou proposta no sentido de sua realização, com vínculo direto ou indireto, em que a pessoa estrangeira seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal, ou em locais onde é observada a prática contumaz dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 9.613/98 (III—”a”).

Informações Adicionais:

- Policial Federal, residente em Vitória (ES). Renda mensal declarada R\$ 3.500. Recebimento de depósitos via transferência eletrônica e de ordem de pagamento do exterior, com a seguinte movimentação: Fev/03 R\$ 120 mil, Mar/03 R\$ 118 mil.
-

ANÁLISE INTERNA:

- Policial recém transferido de Brasília(DF) para Vitória (ES).
- Consta venda de imóvel situado na Asa Sul, registrada no DOI pelo valor de R\$ 220 mil.
- Há registro ainda, de aquisição de imóvel, em Vitória, no valor de R\$ R\$ 185 mil.
- Valores recebidos em conta corrente, mediante DOC e transferência Internacional, são oriundos do SR. XXXXX, comprador do imóvel em Brasília.
- **Considerando-se que as operações acham-se inscritas nos registros da SRF, entendemos afastados os indícios que pairavam sobre a movimentação. Diante do exposto, propomos o diferimento da presente Comunicação.**

Fonte: Amorim, (2009, p.56)

No Quadro 8 é possível verificar um exemplo de denúncia que vai ser encaminhada à um órgão competente. Após a análise da denúncia não foi possível verificar a origem dos recursos, além disso, foram descobertas informações que dão a operação indícios de

criminalidade. A decisão do COAF passa a ser então comunicar a ocorrência ao Ministério Público.

Quadro 8 - Exemplo de encaminhamento de comunicação via BACEN para o COAF encaminhado à Polícia.

Envolvido: Sr. José - Fazendeiro

Data do Fato: 31.05.2003.

Valor da Ocorrência: R\$ 210.320,00

Abertura da Conta: 27.01.1999

Enquadramento na Carta-Circular 2.826 – BACEN:

- Movimentação de recursos incompatíveis com o patrimônio, a atividade Econômica ou a ocupação profissional e a capacidade presumida do cliente (II- a).

Informações Adicionais:

- Pecuaria, com renda mensal declarada R\$ 5.000.
- Movimentação acima da capacidade financeira declarada em cadastro.
- Movimentação (Débitos e Créditos): Dez/02 R\$ 11 mil, Jan/03 R\$31 mil, Fev/03 R\$ 72 mil, Mar/03 R\$ 35 mil, Abr/03 R\$ 42 mil, Mai/03 R\$ 29 mil.
- Conta conjunta com a esposa (Sra.) e possui contas de poupança nº 99999 e 88888.

ANÁLISE INTERNA:

- Trata-se de comunicação oriunda do Banco X, agência de Brejinho (PE), município com 7 mil habitantes, localizado no “*polígono da maconha*”. Consta em seu nome 2 fazendas, com registro de improdutivas junto ao INCRA.
- Sr. José foi relacionado nas informações preliminares ao desenvolvimento da “Operação Mandacaru” por ter movimentado grande volume de recursos, da ordem de R\$ 1,7 milhões, no período de junho/98 a julho/99.
- **Diante da falta de origem dos recursos movimentados, da improdutividade de suas terras, entendemos que a ocorrência deva ser comunicada ao Ministério Público Federal, haja vista, inclusive, a existência de procedimento administrativo criminal em trâmite junto ao MPF-PE, envolvendo 391 nomes originados da citada operação.**

Fonte: Amorim, (2009, p.57)

O ciclo das transações suspeitas e seu impacto nas práticas de governança como controles internos, *compliance*, conforme Amorim (2009) inicia quando um criminoso introduz em um Banco recursos ilícitos, como o Banco possui práticas de governança bem desenvolvidas a operação suspeita é detectada e repassada ao BACEN, órgão responsável por receber as denúncias de bancos e repassá-la ao COAF. O Conselho analisa a denúncia e encontrando fatos suspeitos encaminha à Polícia para abertura de Inquérito. Após abertura do Inquérito policial ocorre o repasse ao Ministério Público para verificar se existe admissibilidade da denúncia. Confirmado será encaminhado ao magistrado para que seja dado os trâmites legais, e caso comprovada a existência de lavagem de dinheiro o responsável será condenado. A figura 5 demonstra de forma clara o referido ciclo.

Figura 5 – Ciclo de Transações Suspeitas da Lavagem de Dinheiro



Fonte: Amorim, (2009, p.58)

A seguir serão apresentados os dados estatísticos sobre as comunicações recebidas pelo COAF por meio dos órgãos reguladores.

3.2 DADOS APRESENTADOS PELO COAF

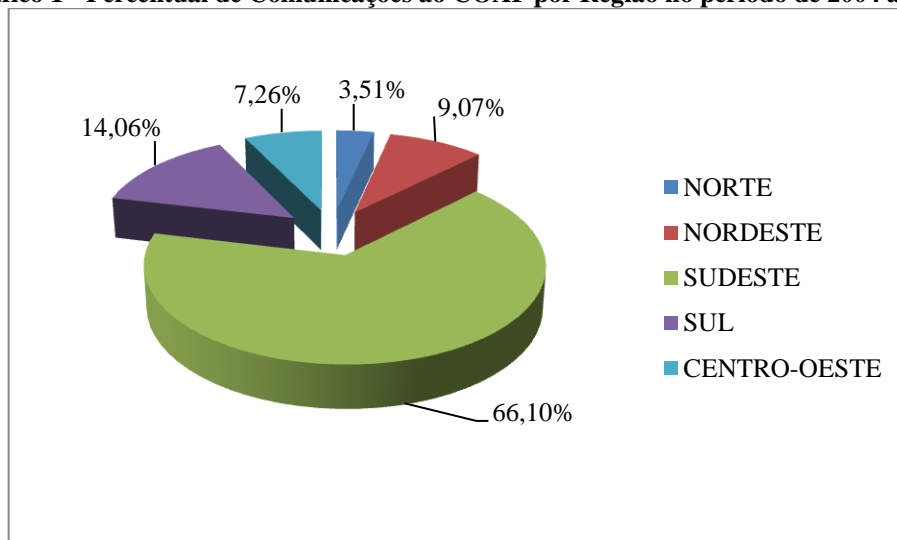
O Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF publica anualmente o quantitativo de comunicações recebidas por Estado, por setores regulamentados pelo COAF e por setores com órgão regulados próprio (COFECI, SUSEP, CVM, SPC e BACEN).

3.2.1 Dados Apresentados pelo COAF por Unidade da Federação

As publicações referentes ao número de comunicações recebidas por Estados e regiões do Brasil no período de 2004 a 31 de julho de 2012 revela que 66,10% destas são de responsabilidade da região Sudeste. A menor participação é da região Norte com 3,51% de envios.

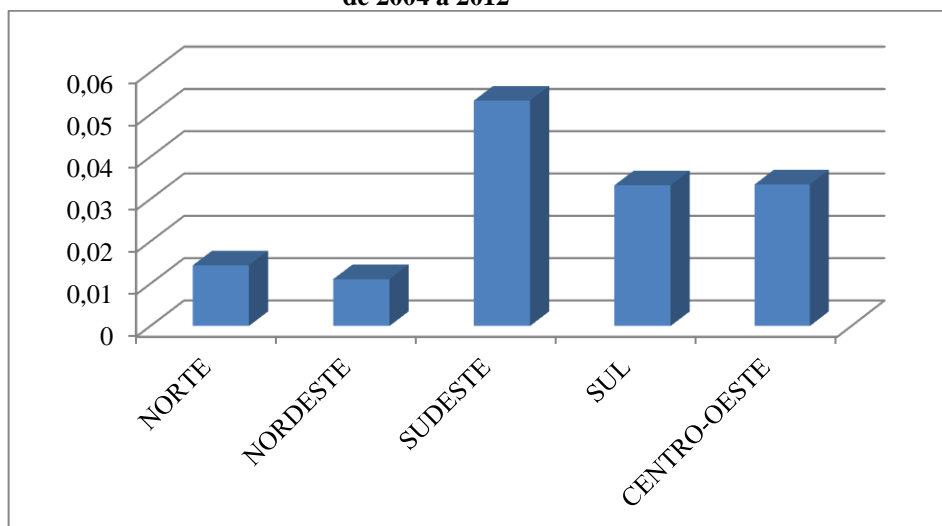
No ano de 2003 de acordo com Manzi (2008), foram inauguradas as primeiras varas especializadas em crimes de lavagem de dinheiro em Porto Alegre, Curitiba e Paraná. Este último, também no ano de 2003, proferiu a primeira sentença condenatória pelo envio ilegal de dinheiro.

A região Sul realizou 14,6% dos envios no período analisado conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Percentual de Comunicações ao COAF por Região no período de 2004 a 2012

Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

Embora a região Sul seja a segunda região no número de comunicações ao COAF, quando realizada a média de comunicações por habitantes com base nas informações do IBGE (2010), a sua posição cai para terceiro, ficando atrás da região Centro-Oeste como visto no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Número de Comunicações realizadas ao COAF por Região por Habitante no período de 2004 a 2012

Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

A região com menor índice de comunicações realizadas ao COAF por habitante no período de 2001 a 2012 de acordo com o Gráfico 2 foi o Nordeste. A região com maior número de habitantes também possui a melhor participação nas comunicações enviadas ao

COAF, e apresenta o maior número de envios por habitante. Como identificado na análise as regiões do Brasil que mais comunicam são também as mais ativas economicamente.

3.2.2 Dados apresentados pelo COAF por Órgãos Regulados

O período dos dados analisados será do ano de 2003 a 31 de julho de 2012, nota-se a relevância mesmo que não se tenha dados completos de um ano da análise do período referente à 2012, já que a Lei 12.683/2012 foi publicada em 14 de maio de 2012 e exigiu adaptações das instituições. O Quadro 9 apresenta os dados emitidos pelo COAF atualizados até 31 de julho de 2012.

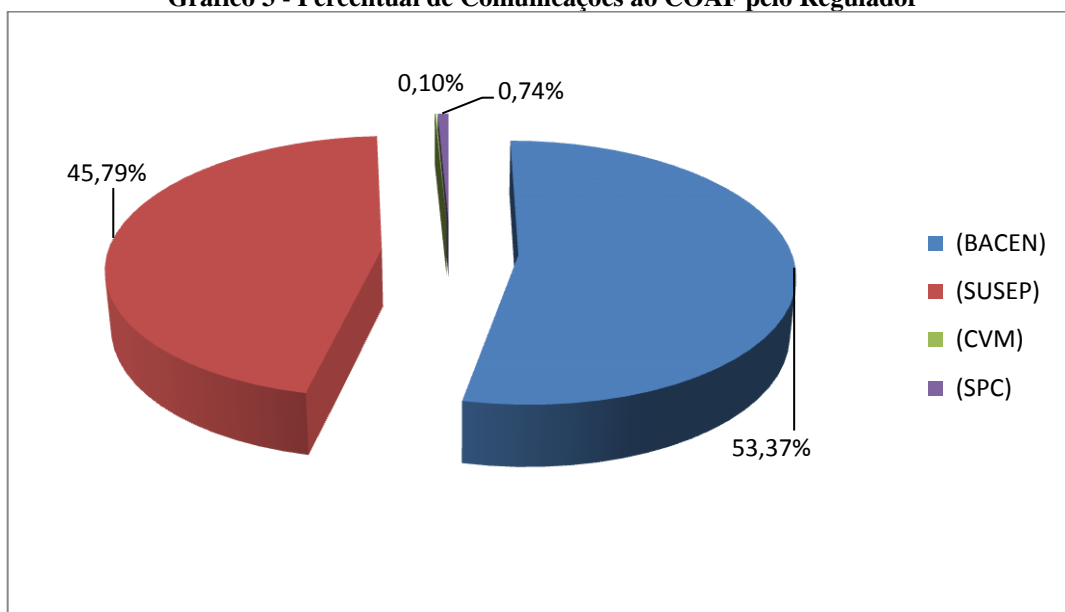
Quadro 9 - Quantidade de Comunicações recebidas pelo COAF pelos Reguladores

ANO	COFECI	DPF	(BACEN)	(SUSEP)	(CVM)	(SPC)	TOTAL/ ANO
2003	619	0	38.763	879	13	2	40.276
2004	630	0	83.188	1.169	12	28	85.027
2005	750	0	142.082	2.505	178	105	145.620
2006	747	0	182.049	3.100	192	201	186.289
2007	1.736	0	209.630	112.856	287	721	325.230
2008	2.766	0	301.875	305.498	821	20.989	631.949
2009	3.142	0	381.270	1.392.597	1.264	6.106	1.784.379
2010	3.112	5	609.303	256.820	1.475	5.242	875.957
2011	3.768	17	766.632	332.606	1.175	6.076	1.110.274
2012	3.829	178	475.774	329.133	670	4.619	814.203
TOTAL/SETOR	23.386	200	3.190.566	2.737.163	6.087	44.089	

Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

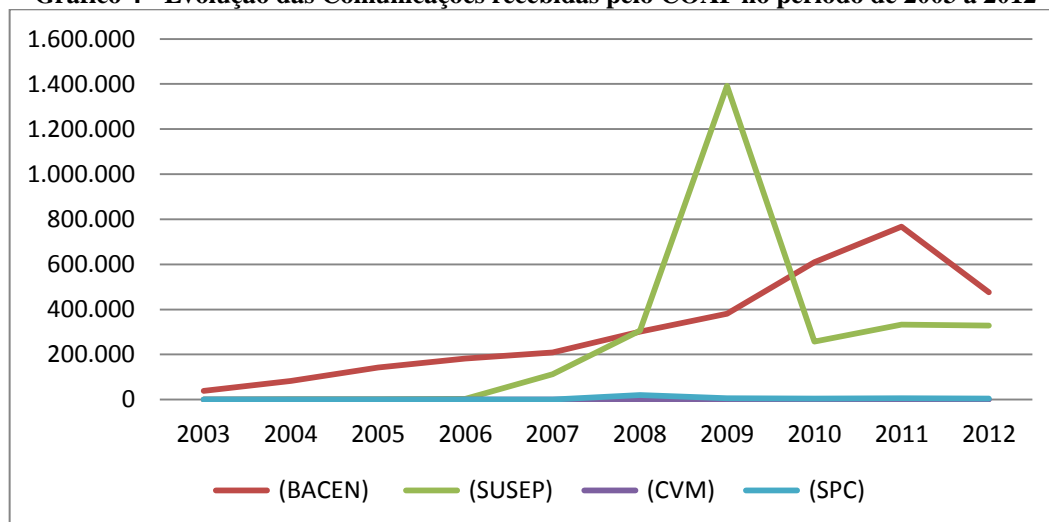
Observa-se que em geral o número de comunicações de suspeitas de lavagem de dinheiro ao COAF é crescente. Embora o ano de 2012 não tenha seu quantitativo citado em plenitude é extremamente relevante à quantidade de envios realizada até 31 de julho de 2012, órgãos como o COFECI – Compra e Venda de Imóveis e o DPF – Transporte e Guarda de Valores já bateram a quantidade do ano de 2011. Os demais também apresentam valores relevantes para o período de meio ano. Essa alavancagem é decorrente da Lei 12.683/2012 que alterou a Lei 9.613/98 quando aumentou o rol de crime antecedente a as pessoas sujeitas à Lei.

Alguns órgãos possuem maior relevância nesse quantitativo no período observado e terão seus percentuais apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentual de Comunicações ao COAF pelo Regulador

Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

A concentração dos envios de operações suspeitas ao COAF está nos Banco Central do Brasil – BACEN e na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, consequentemente esses órgãos são os que mais emitem regulamentos e normativos sobre controles internos, *compliance* e auditoria aos setores regulados, o que mostra a relação das práticas de governança com o aumento na identificação de operações suspeitas. Embora as fatias referentes aos dois órgãos no montante do período de 2003 até 31 de julho de 2012 sejam bem próximas, o BACEN esteve à frente no encaminhamento de comunicações em 9 dos 10 anos analisados.

Gráfico 4 - Evolução das Comunicações recebidas pelo COAF no período de 2003 a 2012

Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

O Gráfico 4 mostra que existe uma tendência aumentativa de comunicações e revela um pico no ano de 2009 da SUSEP, ultrapassando BACEN, órgão que possui domínio no número de comunicações em todos os outros períodos apresentados. Essa alteração está relacionada ao impacto da Circular n. 380/2008 publicada pela SUSEP. A análise comparativa dos impactos dos regulamentos e normativos no aumento de comunicações ao COAF será realizada a seguir.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS E COMPARATIVOS

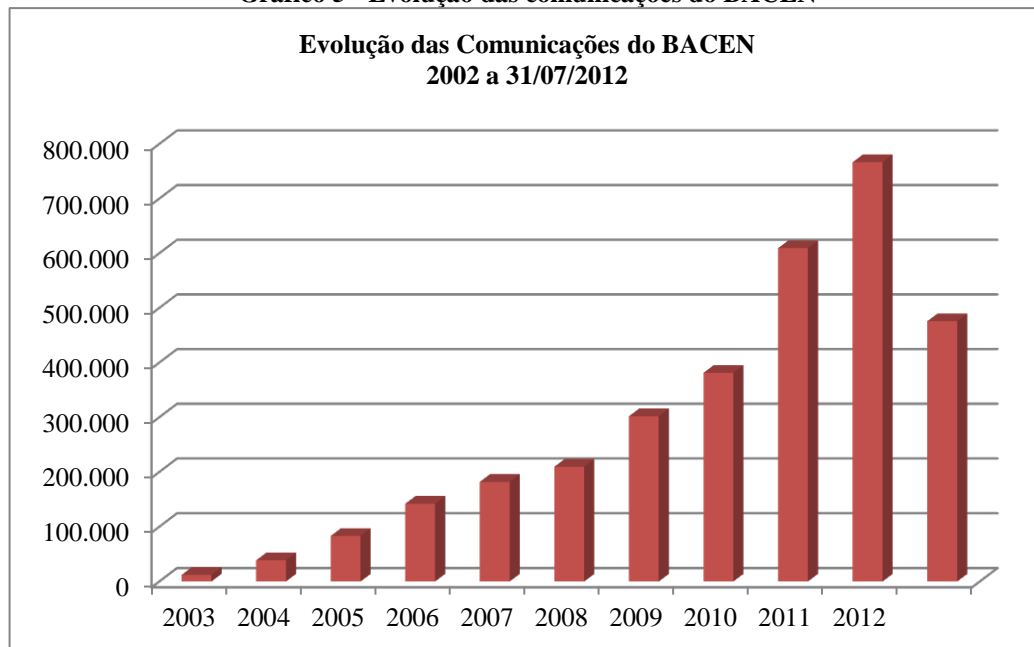
A publicação de normativos dos órgãos reguladores e os dados estatísticos fornecidos pelo COAF proporcionam a oportunidade de analisar a relação entre as duas variáveis. Os quadros 10, 11, 12 e 13 irão abordar esse relacionamento nos seguintes órgãos reguladores: Banco Central do Brasil - BACEN, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Secretaria de Previdência Complementar - SPC e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP respectivamente.

Quadro 10 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações do BACEN

ÓRGÃO E NORMATIVO BACEN	PRINCIPAIS CONTROLES
Resolução nº 2.554/98 Carta Circular nº 2826/98 Circular nº 3234/06 Circular nº 3325/06 Carta Circular nº 3260/06 Carta Circular nº 3337/08 Circular nº. 3461/09 Circular nº. 3467/09 Carta Circular nº 3542/2012	<ul style="list-style-type: none"> • Especificar, em documento interno, as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; • Coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; • Caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas; • Renda mensal e patrimônio, no caso de pessoas naturais, e de faturamento médio mensal dos doze meses anteriores, no caso de pessoas jurídicas; • Controles informatizados para prevenção à lavagem de dinheiro.
RESULTADOS OBTIDOS	
O BACEN se destacou como o órgão que mais enviou comunicações de 1998 a 2008, tendo em média 103% de aumento nas comunicações por ano, de 2003 a 2011. No ano de 2012, até 31 de julho	

de 2012 o BACEN já havia encaminhado ao COAF 475.774 comunicações contra 766.632 de 2011, isso demonstra que a tendência de crescimento deve se confirmar em 2012.

Gráfico 5 - Evolução das comunicações do BACEN



Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

Fonte: Adaptado de Amorim, 2009.

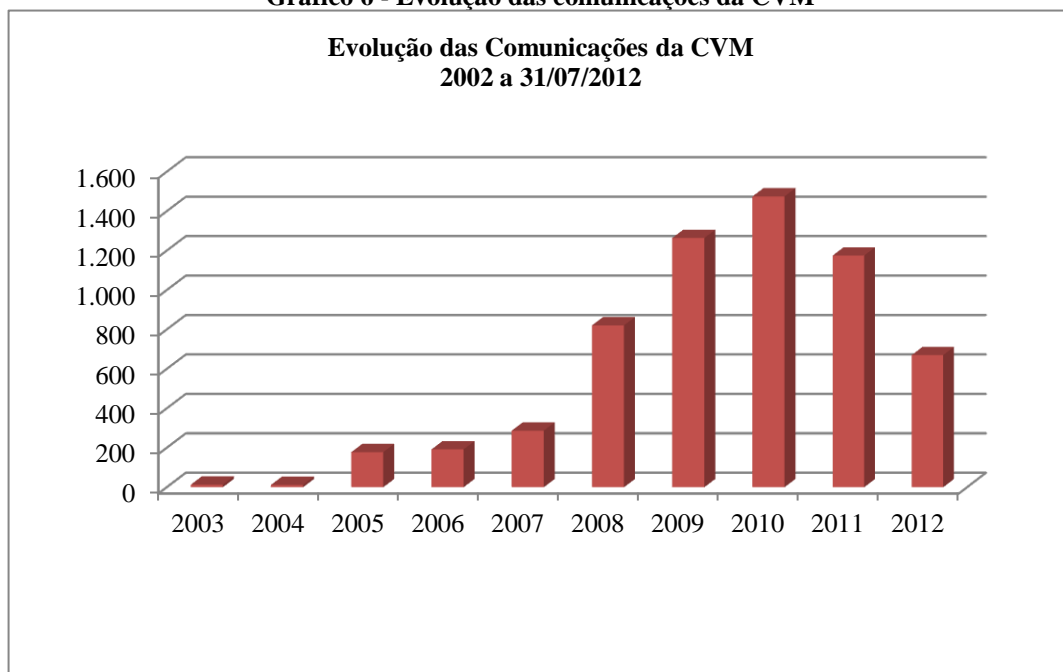
O Quadro 10 demonstrou que o BACEN é órgão regulador que mais emite normativos relacionados a implementação de controles internos, *compliance* e práticas de governança às organizações reguladas, em consequência é destaque no número de comunicações de operações suspeitas ao COAF. O quadro 10 a seguir mostra os resultados obtidos pela CVM no período em que foi realizado o estudo.

Quadro 11 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da CVM

ÓRGÃO E NORMATIVO CVM	PRINCIPAIS CONTROLES
Instrução nº 463/ 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação financeira de cada cliente, com base em critério definido nos procedimentos de controle da instituição, em face da situação patrimonial e financeira constante de seu cadastro; • Operações liquidadas em espécie, se e quando permitido; • Transferências privadas, sem motivação aparente, de recursos e de valores mobiliários;
RESULTADOS OBTIDOS	

Após a publicação da Instrução CVM 463/08, observou-se um comportamento crescente no número de comunicações ao COAF. O crescimento acumulado de 2007 até 2010 foi de aproximadamente 514%. No ano de 2011 ocorreu uma quebra no crescimento de encaminhamento ao COAF com uma queda em torno de 10% das comunicações.

Gráfico 6 - Evolução das comunicações da CVM



Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

Fonte: Adaptado de Amorim, 2009.

A CVM conforme o Quadro 11 apresenta um crescimento de aproximadamente 517% em quatro anos, no período de 2007 a 2010. A elevação no período das publicações de normativos é reincidente no Quadro 12, referente a SPC.

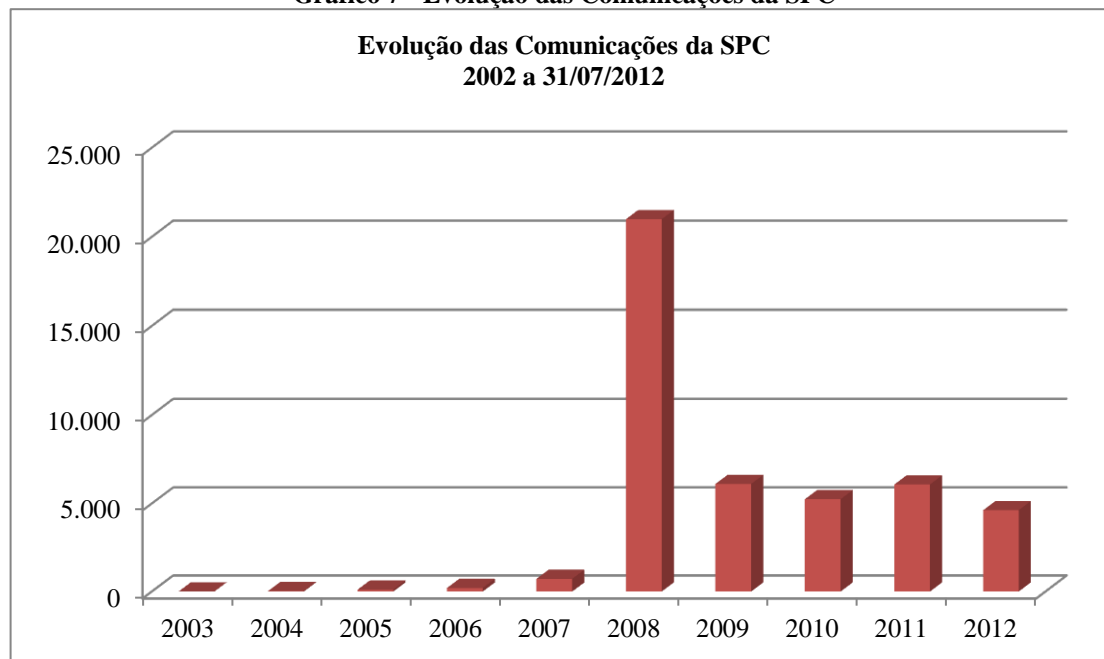
Quadro 12 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da SPC.

ÓRGÃO E NORMATIVO SPC	PRINCIPAIS CONTROLES
Instrução nº 26/2008	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de benefícios, pelo cliente, cujo valor se afigure objetivamente incompatível com a sua ocupação profissional ou com seus rendimentos; • Aporte ao plano de benefícios efetuado por outra pessoa física que não o próprio cliente ou por pessoa jurídica que não a patrocinadora, igual ou superior a R\$ 10.000,00; • Pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$ 10.000,00, no mesmo mês.

RESULTADOS OBTIDOS

Após a publicação da Instrução MPS/SPC nº 26/2008 observou-se um aumento de mais de 2900% das comunicações de 2008 em relação a 2009. O ano de 2010 apresentou uma queda de 71% nos encaminhamentos ao COAF. Após esse período houve uma estabilidade na quantidade de comunicações com uma variação média de 15% para mais ou para menos entre os anos em contrapartida a ausência de instruções regulamentadoras.

Gráfico 7 - Evolução das Comunicações da SPC



Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

Fonte: Adaptado de Amorim, 2009.

A SPC apresentou um crescimento exorbitante no número de comunicações decorrente da publicação da Instrução 26/2008. A falta de outros normativos representou uma queda nos anos posteriores. Em seguida apresentar-se-á o Quadro 13 sobre a análise da SUSEP, onde se identificou uma grande elevação após a Circular nº 380/2008, chegando a ultrapassar o número de comunicações encaminhadas ao COAF em 2009 pelo BACEN.

Quadro 13 - Relaciona a emissão dos normativos com os resultados obtidos no aumento das comunicações da SUSEP

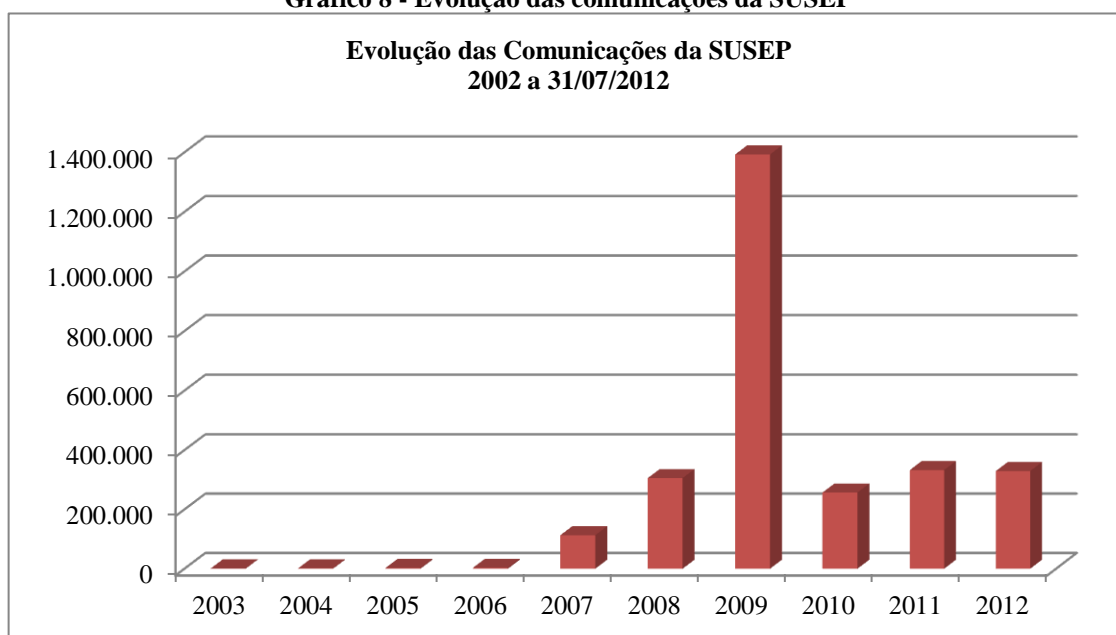
ÓRGÃO E NORMATIVO SUSEP	PRINCIPAIS CONTROLES
Circular nº 327/2006 Circular nº 380/2008 Circular nº 445/2012	<ul style="list-style-type: none"> • A identificação de pessoas consideradas politicamente expostas dentre seus clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas; • Verificação da natureza, complexidade e riscos das operações realizadas; • Política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

- Elaboração e execução de programa anual de auditoria interna.

RESULTADOS OBTIDOS

A SUSEP apresentou um aumento de aproximadamente de 3600% em 2007 quando comparado ao ano de 2006. O crescimento está relacionado à publicação da Circular 327/2006. Outro crescimento relevante ocorre após a Circular 380/2008, quando o número de comunicações cresce aproximadamente 456% em 2009, ultrapassando um milhão de encaminhamentos ao COAF. Após esse pico o número de comunicações sofreu decréscimo voltando a valores semelhantes aos encontrados em 2007. Nota-se um comportamento crescente novamente no ano de 2012, no qual foi publicada a Circular 445/2012. O COAF aponta que até 31 de julho de 2012 a SUSEP realizou 329.133 comunicações contra 332.606 em todo o período de 2011.

Gráfico 8 - Evolução das comunicações da SUSEP



Fonte: Adaptado de COAF, 2012.

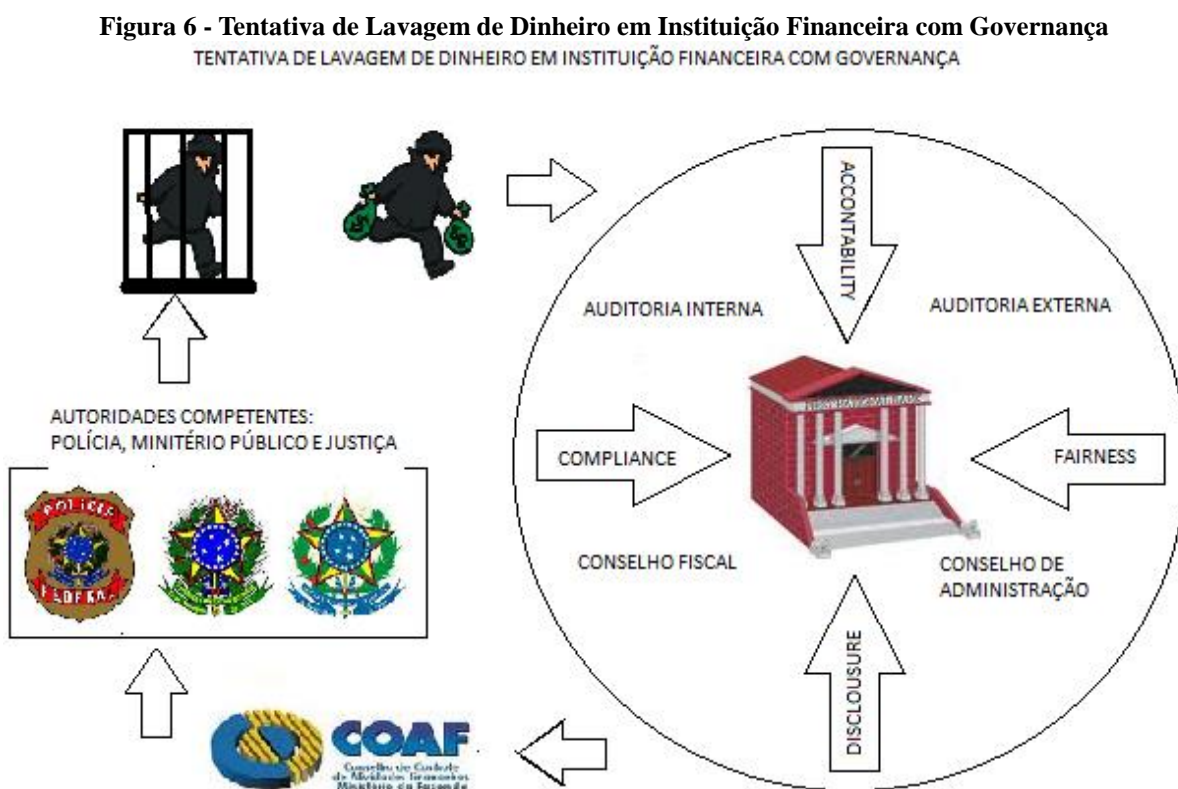
Fonte: Adaptado de Amorim, 2009.

O aumento no número de normativos dos órgãos reguladores de setores conforme a análise ocasiona impacto direto no número de comunicações ao COAF. A Legislação corrobora com as práticas de governança, exigindo cada vez mais controles internos, auditorias e consequentemente a execução de uma gestão de *compliance*. A conformidade dos setores com os normativos gera uma resposta no curto prazo sobre a identificação de operações suspeitas.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados demonstrou a relação entre a emissão de normativos pelos

órgãos reguladores e número de comunicações encaminhadas ao COAF. O estudo revelou que o BACEN é o órgão que mais emite normativo e também o que mais comunica operações suspeitas ao COAF. A SUSEP também possui relevância no número de normativos e ocupa o segundo lugar no número de comunicações ao COAF. A Figura 6 demonstra como essa relação funciona dentro do ciclo da lavagem de dinheiro onde existe implementada a governança.



Fonte: Amorim, Cardozo e Vicente (2011, p.13)

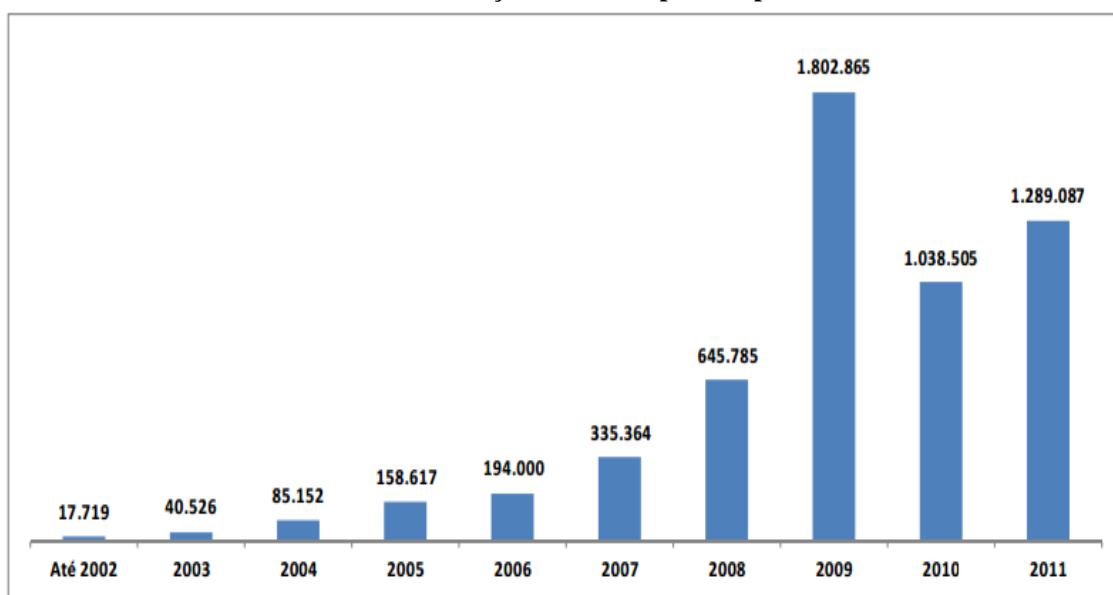
O criminoso, conforme a Figura 6, consegue dinheiro a partir de práticas ilícitas e ao tentar “lavar” o dinheiro com auxílio das instituições financeiras, o sistema de governança em funcionamento, utilizando-se das suas práticas, detecta a operação como suspeita. A operação suspeita é repassada na forma de comunicação ao COAF pelos órgãos reguladores, onde então será examinada a fim de verificar qual a origem do recurso. Quando a origem for identificada como ilícita é formulado o RIF e encaminhado às autoridades competentes como Polícia Federal, Ministério Público e Justiça, quando cumprido os requisitos é instaurado inquérito e posterior julgamento. Após todo o processo caso pertinente o criminoso será condenado e preso.

A primeira sentença responsável por condenar um criminoso pela Lei da lavagem de

dinheiro no Brasil ocorreu somente em 2003, ou seja, cinco anos após a Lei n. 9.613/98 e a publicação de normativos pelos órgãos reguladores, para Manzi (2008, p.58) a condenação foi efetuada “devido envio ilegal de dinheiro por meio de conta CC5 (conta de não residentes no país)”. Após esse marco, é possível verificar o aumento no número de comunicações, condenações e réus.

O Relatório de Gestão 2011 do COAF apresenta o número de comunicações recebidas anualmente desde 2002 até 2011, conforme demonstrado no Gráfico 9:

Gráfico 9 - Comunicações recebidas por ano pelo COAF



Fonte: Relatório de Gestão COAF, 2011.

Os dados do COAF (2011) revelam o recebimento de 1,3 milhões de comunicações em 2011, representando um aumento de 19,5% em relação ao período de 2010. Ainda segundo Relatório de Gestão (2011) o COAF afirma que o crescimento ocorre principalmente nos segmentos bancários e de seguros, setores esses que mais emitem normativos e que já utilizam as práticas de governança corporativa em suas organizações. Os números indicam o contínuo “engajamento dos setores obrigados no combate e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo”.

Segundo Manzi (2008) no ano de 2005 foram encaminhadas pelo COAF à Polícia Federal, Ministério Público e demais instituições 664 relatórios com operações que possuíam indícios de origem criminosa. Essa quantia representa 52/75% a mais do que os relatórios enviados no ano de 2004.

Os milhares de comunicações enviadas ao COAF, no período de 2005 a 2010,

resultaram segundo o Relatório de Gestão (2011) em 10,9 mil Relatórios de Inteligência Financeira - RIF produzidos com base em 271,8 mil comunicações dos setores obrigados e 88,7 mil pessoas envolvidas. No período de 2005 a 2010, segundo o levantamento da Polícia Federal foram encaminhados pelo COAF 2,02 mil RIF, os quais geraram 136 inquéritos.

A Lei 12.683/2012 ampliou as pessoas sujeitas à lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, essa alteração deve aumentar o número de comunicações realizadas ao COAF, mas para isso as novas obrigadas devem adaptar-se ao forte sistema de controles efetivos já existentes nas instituições financeiras, conforme demonstrado na Figura 6.

A aplicação da nova legislação de combate e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro só terá efetividade nos novos setores incluídos se for regulamentada por órgãos responsáveis ou pelo próprio COAF. A normatização é necessária, pois induz a implementação das práticas de governança, *compliance*, controles internos e auditoria, todo esse processo é responsável por otimizar os resultados combate à lavagem de dinheiro, e por reflexo na redução do crime organizado.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 CONCLUSÕES

O presente trabalho identificou que as práticas de governança, já existentes nos setores alvo sujeitos à Lei 9.613/98 são responsáveis pela identificação das operações suspeitas, as quais são encaminhadas ao COAF para análise e posterior encaminhamento aos órgãos competentes quando não realizada a identificação da origem do recurso. Assim, a implantação dos princípios da governança nas instituições contribui diretamente no combate a lavagem de dinheiro.

Para obtenção do objetivo proposto foi efetuado o estudo do conceito da lavagem de dinheiro e suas fases, realizou por análise que essa modalidade de crime é cada vez mais utilizada, principalmente dentro do crime organizado e traz consequências catastróficas à sociedade e à economia. O valor das operações ilícitas realizadas chega a 1,4 trilhões de dólares por ano, advindos de diversas origens da criminalidade. Após a análise verificou-se que poucas raras eram as publicações que tratavam da lavagem de dinheiro após a Lei 12.683/2012, principalmente atrelada a práticas de governança.

A análise realizada das alterações sofridas na Lei 9.613/98 pela Lei 12.683/2012 trouxe destaque à ampliação dos crimes antecedentes, incluindo agora contravenções e a ampliação de pessoas sujeitas à lei, antes somente pessoas jurídicas e agora pessoas físicas. O não cumprimento da legislação pelos novos setores alvos pode acarretar multa ou ainda perda do direito de exercer o serviço profissional prestado. As mudanças acarretam a necessidade de adequação dos novos setores obrigados à legislação, e para isso é necessário o desenvolvimento de controles internos, *compliance* e práticas de governança, já existentes nos setores alvo da Lei 9.613/98.

A fim de identificar quais as práticas de governança utilizada pelos setores alvos foram apresentados conceitos, objetivos e funções práticas dos controles internos, *compliance* e auditoria no combate e prevenção à lavagem de dinheiro. Constatou-se que a transparência e qualidade da informação com controles eficientes nas instituições são fundamentais para o cumprimento da legislação da lavagem de dinheiro, para isso é preciso implementar os pilares da governança como auditoria interna e externa, conselho da administração e conselho fiscal.

Os princípios de governança como transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa devem ser respeitados para que seja possível cumprir os

normativos e assim estar em *compliance*, ou seja, em conformidade com as leis internas e externas a organização.

O surgimento de normativos que auxiliem a implementação da governança nos novos setores regulados pela Lei 12.683/2012 é fundamental para que as organizações consigam cumprir da legislação. Quanto mais consistente for o funcionamento da governança, maior o número de operações suspeitas identificadas e repassadas ao COAF, e consequentemente o sistema de combate e prevenção a lavagem de dinheiro será mais eficiente.

O comportamento quantitativo das comunicações sofre relação direta à publicação de normativos, refletido, por exemplo, na evolução das operações suspeitas encaminhadas em 2009 pela SPC, com um aumento de 2900% em relação a 2008, após a publicação da Instrução 26/2008. Outro apontamento foi o ocorrido com a SUSEP que posteriormente à publicação da Circular 380/2008 ultrapassou o BACEN em 2009, visto até então como líder absoluto nessa estatística.

Observou-se, portanto que existe uma relação entre as variáveis estatísticas divulgadas no sítio do COAF sobre o número de comunicações em comparativo com os normativos emitidos pelos órgãos reguladores. O aumento da exigência de práticas de governança corporativa aos setores regulados eleva a quantidade de casos suspeitos identificados e encaminhados ao COAF para posterior análise e encaminhamento aos órgãos competentes quando for pertinente.

A funcionalidade dos controles internos efetivos, constantes e atualizados nas instituições financeiras comprova que os novos setores obrigados pela Lei 12.683/2012, pessoas físicas e jurídicas, devem buscar a profissionalização da gestão por meio da implantação de forma eficiente das práticas de governança corporativa para que possam cumprir a legislação.

O aumento das regulamentações eleva o risco de *compliance*, e tornam maiores os efeitos financeiros de uma não conformidade. A obrigação da Lei não garante a eficiência do seu resultado. Somente com o aumento de controles pela emissão de normativos é possível aumentar o número de comunicações ao COAF, e assim mais processos serão analisados e julgados. Apresenta-se então extremamente relevante que os novos setores alvos e sujeitos a Lei 12.683/2012 sejam regulamentados por um órgão competente ou mesmo pelo COAF.

O aumento de normativos que definam a aplicabilidade das práticas de governança, *compliance*, auditoria e controles internos, e divulguem modelos de operações suspeitas, garantem uma maior eficiência na repressão ao crime de lavagem de dinheiro evitando que os

criminosos possam tornar seus recursos lícitos e continuar auferindo lucros que são reinvestidos em seus “negócios” ilegais.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que sejam realizadas novas pesquisas que busquem comparar o aumento das comunicações de operações suspeitas por região enviados ao COAF com o crescimento da criminalidade nas regiões brasileiras, podendo assim verificar se existe relação entre a elevação das quantias suspeitas do crime de lavagem de dinheiro e o aumento dos crimes organizados.

O estudo aprofundado sobre as novas pessoas sujeitas à Lei 9.913/98 após a alteração da Lei 12.683/2012 também é relevante, já que alguns autores apontam isso como um fator negativo, levando em conta que o Estado estaria repassando a responsabilidade de fiscalização de problemas complexos como o crime organizado aos novos setores obrigados.

REFERÊNCIAS

ABBC – Associação Brasileira de Bancos. **Cartilha de Governança Corporativa**, 2009. Disponível em: < http://www.abbc.org.br/ADM/publicacoesconfig/uploads/30333550179494052001_ABBC_Cartilha_Governanca_Corporativa.pdf >. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais. **Função de Compliance**. 2009. Disponível em: < http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf >. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

AMORIM, E. N. C.; CARDOZO M. A.; VICENTE E. F. R. **Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à Lavagem de Dinheiro no Brasil**. In: XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, 2011, Porto. XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, 2011.

AMORIM, E. N. C. de. **Os impactos da implementação de controles internos e compliance na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro em Instituições financeiras no Brasil**. 2009. f70. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ANDRADE, A. e ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa** : fundamentos, desenvolvimentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BM&FBOVESPA. **Governança Corporativa**. Disponível em: < <http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/visao-geral.asp?idioma=ptb> >. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta - Circular n.º 2.826, de 04 de dezembro de 1998**. Divulga relação de operações e situações que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei n. 9.613, de 03.03.98, e estabelece procedimentos para sua comunicação ao Banco Central do Brasil. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=c_circ&ano=1998&numero=2826 >. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta - Circular n.º 3.260, de 29 de dezembro de 2006**. Esclarece acerca de procedimentos relativos à Circular 3.290, de 2005, que dispõe sobre a identificação e o registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira, bem como de emissões de instrumentos de transferência de recursos. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/2006/pdf/c_circ_3260_v1_O.pdf >. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta - Circular n.º 3.337, de 27 de agosto de 2008**. Divulga procedimentos mínimos necessários para o desempenho do estabelecido pela Circular 3.400, de 2008, no cumprimento das atribuições especiais das cooperativas centrais de crédito previstas no Capítulo IV da Resolução 3.442, de 2007. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=c_circ&ano=2008&numero=3337 >. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta - Circular n.º 3.542, de 12 de março de 2012.** Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=C_Circ&ano=2012&numero=3542 >. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 3.234, de 15 de maio de 2006.** Divulga recomendação referente a operações ou propostas envolvendo países não cooperantes quanto à prevenção e repressão à lavagem de dinheiro. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/normativo> >. Acesso em: 20 novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 3.325, de 25 de agosto de 2006.** Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais - RMCCI. Disponível em: < <http://contadezlp.cenofisco.com.br/ctz/ctz.dll/infobase/156c8/d6f6f/d6f70/d84f8?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0> >. Acesso em: 20 novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 3.461, de 24 de julho de 2009.** Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/normativo> >. Acesso em: 20 novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 3.467, de 15 de setembro de 2009.** Estabelece critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=circ&ano=2009&numero=3467> >. Acesso em: 20 novembro de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n.º 2554, de 24 de setembro de 1998.** Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v2_P.pdf > Acesso em: 20 novembro de 2012.

BANCO DO BRASIL. **Histórico.** 2012. Disponível em: < http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,2549,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=8615&codigoMenu=208&codigoRet=6050&bread=4_1_1 >. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

BANCO IBI. **Governança Corporativa e Gestão de Riscos.** 2012. Disponível em: < <http://www.ibi.com.br/pdf/governanca-corporativa-gestao-de-riscos.pdf> >. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

BARROS, M. A. de. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas com comentário, artigo por artigo, à Lei 9613/98.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, 382 p.

BERETTA, P. **Lei de Lavagem de Dinheiro exige rigor das empresas.** 2012. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2012-nov-12/pedro-beretta-lei-lavagem-dinheiro-exige-maior-rigor-empresas>>. Acesso em 25 de novembro de 2012.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria.** São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm >. Acesso em: 20 de novembro 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 5.015, de 12 de março de 2004**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm >. Acesso em: 20 de novembro 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9613.htm. Acesso em: 20 de novembro 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 12.683, de 14 de maio de 2012**. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm. Acesso em: 20 de novembro 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 12.694, de 24 de julho de 2012**. Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12694.htm >. Acesso em: 20 de novembro 2012

BRASIL. Receita Federal. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Cartilha sobre Lavagem de dinheiro**. 2012. Disponível em: <<https://www.fazenda.gov.br/coaf/portugues/publicacoes/cartilha.htm>>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n.º 154, de 26 de junho de 1991**. Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-154-26-junho-1991-343031-norma-pe.html> >. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

CAVALCANTE, M. A. L. **Comentários à Lei nº 12.683/2012, que alterou a Lei de Lavagem de Dinheiro**. Disponível em: < <http://www.dizerodireito.com.br/2012/07/comentarios-lei-n-126832012-que-alterou.html> > Acesso em: 21 de novembro de 2012.

COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Nova lei de prevenção e combate à lavagem de dinheiro**. 2012. Disponível em <<https://www.coaf.fazenda.gov.br/destaques/nova-lei-de-prevencao-e-combate-a-lavagem-de-dinheiro>> Acesso em: 20 de novembro de 2012.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. 2012. Disponível em <https://www.coaf.fazenda.gov.br/downloads/relatorio-de-gestao-coaf/Relatorio%20de%20Gestao%20de%202011_COAF_final.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Instrução CVM nº. 463, de 08 de janeiro de 2008**. Altera a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=I&File=\\inst\\inst463.doc>.

Acesso em: 20 de novembro de 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Cartilha de Governança Corporativa**. 2002. Disponível em: www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

DUARTE, A.; CASTRO, B.; TORRES, D.; APARECIDA, R. **Governança Corporativa**. 2010. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=wkRpdIESj4s&feature=related>> Acesso em: 20 de novembro de 2012.

ELIAS, S. N. V. **Lavagem de Dinheiro: criminalização, legislação e aplicação ao mercado de capitais**. 2005. F62. Monografia (Curso de pós-graduação em Regulação do Mercado de Capitais do Instituto de Economia). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FBRABAN – Federação Brasileira de Banco. **Função de Compliance**. 2010. Disponível em: <<http://www.febraban.com.br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

FERREIRA, F.; CREDENCIO, J. E. **Nova lei de lavagem de dinheiro amplia chance de processo**. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1120636-nova-lei-de-lavagem-de-dinheiro-amplia-chance-de-processo.shtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

GRANDIS, R. **Nova lei de lavagem facilita acesso de procuradores a informações**. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,nova-lei-de-lavagem-facilita-acesso-de-procuradores-a-informacoes,933496,0.htm> . Acesso em: 19 de novembro de 2012.

HAIDAR, R. **Nova lei de combate à lavagem de dinheiro é sancionada**. 2012. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2012-jul-09/lei-combate-lavagem-dinheiro-entra-vigor-nesta-terca>> Acesso em 19 de novembro de 2012.

IBRACON. **Procedimentos de Auditoria Independente de Instituições Financeiras e Entidades Equiparadas**. 1995. Disponível em <www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/downloadFile.php?> Acesso em: 19 de novembro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

KHATIB, A. el. **Aspectos Gerais de Auditoria**. 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=4PPzMli07mQ>> Acesso em: 21 de novembro de 2012.

LAITTART, G. M. **Inteligência Financeira**. Curso de Especialização em Inteligência Criminal. UNIDAVI, Florianópolis, 2012.

LILLEY, P. **Lavagem de dinheiro: negócios ilícitos transformados em atividades legais**. São Paulo: Futura, 2001, 254 p.

LOPES, A. B e MARTINS E. **Teoria da Contabilidade**: Uma Nova Abordagem, São Paulo, Atlas 2005.

MACEDO, F. **Nova lei de lavagem facilita acesso de procuradores a informações**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,nova-lei-de-lavagem-facilita-acesso-de-procuradores-a-informacoes,933496,0.htm>> Acesso em 20 de novembro de 2012.

MACHADO, E. R. L. **O Impacto da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro na Estratégia da Governança Corporativa das Instituições Financeiras**. 2006. f116. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Administrativas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MANZI, V. A. **Compliance no Brasil**. São Paulo: Editora Saint Paul, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDRONI, M. B. **Tópicos essenciais da lavagem de dinheiro**. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 787, p. 479-489, maio 2001.

MENDRONI, M. B. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. São Paulo: Atlas, 2006.

MOLTOCARO, A. **Sistemas de controles internos em instituições financeiras**. Sorocaba, 2000. f83. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu*). Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Perícia e Auditoria Contábil, Universidade de Sorocaba.

MORAES, D. **Especialistas debatem a nova Lei de Lavagem de Dinheiro na Fiesp**. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/noticias/nova-lei-de-lavagem-de-dinheiro-e-debatida-por-especialistas-na-fiesp/>> Acesso em 21 de novembro de 2012.

MORO, S. F. **Crime de lavagem de dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETO, R. M. R.; FAMÁ, R. **A Importância da Governança Corporativa na Gestão das Empresas: O Caso do Grupo ORSA**. Disponível em: <www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/23/27>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PANTALEÃO, L. **Blog do Professor Pantaleão**. Disponível em: <<http://professorleonardopantaleao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

PEREIRA, C. de S. **Criminalidade Organizada Transnacional: Os Limites Entre os Delitos de Lavagem de Dinheiro e Receptação**. 2008. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=q9PCSQB-F2U>> Acesso em: 19 de novembro de 2012.

PITOMBO, A. S. A. de M. **Lavagem de dinheiro: A tipicidade do crime antecedente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampla São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

RONCATO, C. J. **Sonegação Fiscal e Lavagem de Dinheiro**. 2006. f64. Monografia. (Curso de pós-graduação *latu sensu* em Direito Econômico da Regulação Financeira) – Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2006.

SANTOS, R. A. dos. **Compliance como ferramenta de mitigação e prevenção da fraude organizacional**. 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/concursos/Arquivos/6_ConcursoMonografias/2-Lugar-Profissionais.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

SCHILDER, A. **Banks and the compliance challenge**. Speech by the Professor Arnold Schilder, Chairmain of the BCBS Accounting Task Force and Executive Director of the Governing Board of the Netherlands Bank, at the Asian Banker Summit, Bangkok, 16 March 2006.

SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Instrução MPS/SPC n.º 26, de 02 de setembro de 2008**. Disponível em: <www.prevunisul.com.br/docs/index/docs/instrucao-SP-MPS-26-2008>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

SILVA, M. G. **Governança Corporativa**. 2010. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=08Vda2ncvIo>> Acesso em: 20 de novembro de 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **Circular n.º 327, de 29 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/textos/circ327.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **Circular n.º 380, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/textos/circ380.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **Circular n.º 445, de 02 de julho de 2012**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgfs/coesp/circ445.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

TEIXEIRA, L. M. **A Política Contra Lavagem de Dinheiro no Brasil: o processo de absorção de um regime internacional**. 2005. f150. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

TONDORF, K. **Auditoria, Controles Internos e Compliance nas políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Uma Análise das Instituições Financeiras do Brasil**. 2012. f62. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

UNDOC – Nações Unidas. Crime organizado movimentou US\$ 2 trilhões no mundo. 2004. Disponível em <http://www.unodc.org/brazil/press_release_2004-10-03.html> Acesso em: 18 de novembro de 2012.

VELLOSO, R. R. **Origem histórica do crime de lavagem de dinheiro – no Brasil e no mundo**. 2006. Disponível em <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=777>. Acesso em 19 de novembro de 2012.

VICENTE, E. F. R. **Auditoria Contábil**. Curso de Graduação em Ciências Contábeis a Distância. Disponível em <

http://www.e.fernando.cse.prof.ufsc.br/Auditoria_Contabil_Miolo_14_01_11.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2012.